



Universidade de Brasília Instituto de Psicologia
Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*
Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO,
EDUCAÇÃO E INCLUSÃO ESCOLAR**

DEIZE CRISTINA DE CASTRO BAUDSON

**O PAPEL DO PROFESSOR NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM
DO ALUNO COM SÍNDROME DE DOWN NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO
INFANTIL**

ORIENTADORA: PROF. DRA. SIMONE CERQUEIRA DA SILVA

IPATINGA – MG

2015



Universidade de Brasília Instituto de Psicologia
Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*
Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO,
EDUCAÇÃO E INCLUSÃO ESCOLAR**

**O PAPEL DO PROFESSOR NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM
DO ALUNO COM SÍNDROME DE DOWN NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO
INFANTIL**

Deize Cristina de Castro Baudson

Monografia apresentada a Universidade de
Brasília Instituto de Psicologia Coordenação
dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*
Especialização em Desenvolvimento Humano,
Educação e Inclusão Escolar.
Orientadora: Prof.^a.Dra Simone Cerqueira da Silva

IPATINGA – MG

2015



Universidade de Brasília Instituto de Psicologia
Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*
Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

DEIZE CRISTINA DE CASTRO BAUDSON

**O PAPEL DO PROFESSOR NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM
DO ALUNO COM SÍNDROME DE DOWN NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO
INFANTIL**

ORIENTADORA: Prof. Dra. SIMONE CERQUEIRA DA SILVA

TERMO DE APROVAÇÃO

DEIZE CRISTINA DE CASTRO BAUDSON

O PAPEL DO PROFESSOR NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM DO ALUNO COM SÍNDROME DE DOWN NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO – INFANTIL

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UnB. Apresentação ocorrida em 28/11/2015.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

SIMONE CERQUEIRA DA SILVA (Orientadora)

FERNANDA RODRIGUES GUIMARÃES (Examinadora)

DEIZE CRISTINA DE CASTRO BAUDSON (Cursista)

IPATINGA – MG

2015

E o que dizer a você Leonardo? Foi meu esposo, amigo, pai e até tentou me substituir na função de mãe quando os estudos me tomavam o tempo. Obrigada pela paciência, pelo incentivo, que de forma especial e carinhosa me deu força e coragem, me apoiando nos momentos de dificuldades, quero agradecer também às minhas filhas, Mariana e Julia, que embora não tivesse conhecimento disto, mas iluminaram de maneira especial os meus pensamentos me levando a buscar mais conhecimentos. Valeu a pena toda distância, todo sofrimento, todas as renúncias... Valeu a pena esperar... Hoje estamos colhendo, juntos, os frutos de muito empenho! Esta vitória não é minha, é nossa!!!

Às professoras e orientadoras: Fernanda Rodrigues Guimarães e Simone Cerqueira da Silva pela colaboração e por acreditarem no meu trabalho.

AGRADECIMENTOS

A Deus pela dádiva da vida.

Aos meus pais por sentirem orgulho da minha busca por novas aprendizagens.

A minha família que é a minha base, e me sustentaram nos momentos difíceis.

A minha tutora de polo Viviane, as amigas e colegas de curso Alismar, Cenilda e

Cida valeu muito pelo apoio, colaboração e incentivo nos momentos difíceis.

A todos os professores, pais e coordenadora da escola a qual desenvolvi meu

trabalho, muito contribuíram para realização da minha pesquisa.

Aos amigos que muitas vezes deixei de visitar e ainda por várias vezes ouviram meus

desabafos de tarefas e mais tarefas para postar.

A todos aqueles que de alguma forma ajudaram a semear, cultivar e colher os
frutos desse curso, o meu muito obrigada!

“ Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo. Todos nós sabemos alguma coisa. Todos nós ignoramos alguma coisa. Por isso aprendemos sempre.”

Paulo Freire

RESUMO

Esse estudo teve por objetivo analisar o papel do professor no processo de ensino aprendizagem de alunos com desenvolvimento atípico no contexto da educação infantil inclusiva. Para alcançar o que foi proposto, optou-se por uma pesquisa de cunho qualitativo, a fim de entender como os professores e pais percebem o processo de inclusão. Como instrumentos foram utilizados entrevista semi-estruturada e questionário. Participaram do estudo quatro profissionais que trabalham na referida escola e uma mãe de aluno. O estudo foi desenvolvido em uma escola particular de Educação Infantil. Os resultados mostraram que incluir é possível, contudo, há necessidade de preparação tanto da escola, como dos professores e dos pais para que o processo se efetive com sucesso. Demonstrou ainda que muitos desafios e dificuldades como a falta de apoio dos pais, a necessidade de um professor de apoio, a escassez de formação continuada na área da inclusão e a imposição de limites se fazem presentes e se constituem em obstáculos a serem superados. Além de, nas entrelinhas, mostrar que para a mãe de um aluno com Síndrome de Down, o papel do professor é promover avanços em todos os alunos e organizar-se a fim de criar condições para oferecer atendimento individualizado àqueles que possuem dificuldades de aprendizado, especialmente os alunos em situação de inclusão. De modo geral, seu papel é promover aprendizado de todos, sem distinção. Abriu caminhos para o entendimento que para se empreender ações que auxiliam na implantação da inclusão é necessária boa vontade. Concluindo que são necessárias várias ações para que o processo de inclusão tenha êxito, como um maior envolvimento de profissionais de todas as áreas e especificamente na Educação Infantil, por ser um dos objetos desse estudo, seja se capacitando ou fazendo a diferença na vida de seus alunos que é o seu papel em todo esse processo que envolve ensino, aprendizagem, interação e, sobretudo, respeito às diferenças.

Palavras-chave: Educação Infantil; Inclusão Escolar; Processo de Ensino Aprendizagem; Alunos com Desenvolvimento Atípico.

ABSTRACT

This study aimed to analyze the teacher's role in teaching learning process of students with atypical development in the context of inclusive early childhood education. To achieve what was proposed, it was decided by a qualitative research in order to understand how teachers and parents realize the process of inclusion. As instruments were used semi-structured interview and questionnaire. The study included four professionals working in this school and a student's mother. The study was conducted in a private school in early childhood education. The results showed that it is possible to include, however, no need to prepare both the school as teachers and parents so that the process is successfully effective. It has also shown that many challenges and difficulties such as lack of parental support, the need for a support teacher, the shortage of continuing education in the field of inclusion and the imposition of limits are made if and gifts are obstacles to overcome. Besides, between the lines, show that to the mother of a student with Down Syndrome, teacher's role is to promote advances in all students and to organize themselves in order to create conditions to provide individualized care to those with learning difficulties, especially students in inclusion situation. Generally, their role is to promote learning for all without distinction. Paved the way for understanding that to take action to assist in the implementation of inclusion is necessary goodwill. Concluding that it takes several actions for the inclusion process to succeed, with a greater involvement of professionals from all areas and specifically in early childhood education, as one of the objects of this study, it is enabling or making a difference in the lives of their students that it is their role in this whole process that involves teaching, learning, interaction, and above all, respect for differences.

Keywords: Early Childhood Education; School Inclusion Process Learning Teaching; Students with Atypical Development.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Modelo de Organização dos Dados para Análise de Cada uma das Entrevistas	38
Tabela 2 - Tabela Utilizada para a Organização dos Dados na Formação das Categorias Síntese de um Grupo de Entrevistados	39

LISTA DE ABREVIATURAS

EAD Educação Aberta e à distância

LDB Lei de Diretrizes e Bases

MEC Ministério da Educação e Cultura

PPP Projeto Político Pedagógico

SD Síndrome de Down

TDAH Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade

UNB Universidade de Brasília

SUMÁRIO

RESUMO.....	08
APRESENTAÇÃO.....	12
I – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	16
1.1 – O papel da educação na promoção do desenvolvimento infantil.....	16
1.2 - A escola e sua importância para o desenvolvimento infantil.....	20
1.3 - O processo de inclusão: avanços e desafios.....	24
1.4 - O papel do professor de Educação Infantil diante da inclusão.....	28
II – OBJETIVOS.....	32
III – METODOLOGIA.....	33
3. 1 Fundamentação teórica da metodologia.....	33
3.2 Método	33
3.3 Contexto da pesquisa.....	33
3.4 Instrumentos.....	35
3.5 Participantes.....	36
3.6 Materiais.....	36
3.7 Procedimentos para construção de dados.....	36
3.7.1 Seleção e exploração de material (pré-análise).....	37
3.7.2 Codificação (exploração do material).....	37
3.7.3 Agrupamento dos temas (Categorização).....	37
3.8 Procedimentos de análise de dados.....	37
3.9. Formação das categorias de síntese.....	38
3.9.1 Classificação dos temas.....	39
3.9.2 Definição das categorias.....	39
IV – RESULTADOS E DISCUSSÃO	40
4.1. O papel do professor no processo de ensino-aprendizagem aos alunos da Educação Infantil Inclusiva.....	40
4.2 Possibilidades e limitações atuais da ação docente no contexto da Educação Infantil Inclusiva.....	42
4.3 Situação ideal quanto a ação docente no contexto da Educação Infantil Inclusiva.....	51
4.4 O que a mãe da criança com Síndrome de Down pensa a respeito do papel do professor no processo de ensino aprendizagem do seu filho e do processo de inclusão escolar.....	57
V – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	62

REFERÊNCIAS.....	64
APÊNDICES.....	73
A – Roteiro da entrevista com os pais	73
B – Questionário para o Professor Regente (Modelo).....	74
C – Roteiro de entrevista para professor.....	76
V - ANEXOS.....	80
A- Carta de Apresentação – Escola (Modelo)	80
B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Pais (Modelo)	82
C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido –Professor (Modelo)	84

1 - APRESENTAÇÃO

Sabe-se que a família é o primeiro ambiente no qual a criança estabelece contato direto com outras pessoas. Já nos primeiros anos de vida, entende-se que muitas ampliam esse contato através da escola, que por sua vez, torna-se crucial para o seu desenvolvimento cognitivo, afetivo e social, visto que propicia contatos com realidades variadas, diferentes da sua e exerce concomitantemente à família, certa influência em sua formação global. No pensamento de BATISTA e ENUMO (2004) “a convivência com companheiros da mesma idade é fator que influencia diretamente para o adequado desenvolvimento da personalidade e da língua” (p.103). Sendo assim, os sistemas de ensino, sejam eles municipal, estadual ou particular têm sido desafiados em organizar projetos pedagógicos que promovam a inclusão de todas as crianças.

Ressaltando que, uma escola de ensino infantil que deseja tornar-se inclusiva deve construir um ambiente que aceite a diversidade, e partir daí, ser uma escola capaz de oferecer às crianças com desenvolvimento atípico, a diminuição dos efeitos de isolamento social e o preconceito vindo das crianças com desenvolvimento típico.

Nesse sentido, de acordo com Carneiro (2011) a implantação da escola inclusiva em todos os níveis de escolaridade, desde a Educação Infantil implica em pensar em seus espaços, tempos, profissionais e recursos pedagógicos voltados para a possibilidade de acesso, permanência e desenvolvimento pleno de alunos com deficiências, pois, necessitam de atendimento especializado, devido às suas necessidades educativas especiais.

De acordo com a LDB/96, no artigo 58, a Educação Especial deve começar na educação infantil, por ser a primeira etapa do ensino formal e deve acontecer, preferencialmente, na rede regular de ensino (BRASIL, 1996). Mas, o que ainda vem acontecendo é que muitas dessas escolas limitam ou condicionam o acesso das crianças com necessidades educacionais especiais, defendendo-se de que sua equipe escolar e os alunos com desenvolvimento típico, não estão preparados para lidar com esse contexto.

Contudo, essas ações podem ser minimizadas, quando iniciadas na Educação Infantil, que é uma etapa onde as ações das crianças se dão de maneira natural, principalmente, em virtude da faixa etária contemplada por ela (VITTA, 2004). Diante disto, é papel da escola,

propor educação a todos com qualidade e sem discriminação, assumindo cada vez mais um papel importante no sucesso educativo, escolar e pessoal de cada criança.

A luta pela implantação da educação no contexto da inclusão tem gerado sentimentos de angústia, ansiedade e conseqüentemente insegurança, pelo fato de tal tema ser recente no Brasil. E, cabe ressaltar que o novo traz dúvidas e é permeado de receios, além de muitos pré-conceitos, na maioria das vezes, errôneos. O ponto de partida para que as mudanças começassem a acontecer foi a Declaração de Salamanca, resultado de um trabalho conjunto de várias organizações e a UNESCO, com o intuito de promover e garantir a inserção das crianças com necessidades educacionais especiais nas escolas de ensino regular através de uma diretriz comum. Nela, o foco situa-se justamente na população alvo da inclusão escolar, que são as crianças com desenvolvimento atípico. Com isso, o acesso dos alunos com desenvolvimento atípicos vai sendo lentamente conquistado na rede regular de ensino, mais precisamente nas escolas de educação infantil.

Portanto, a realização deste trabalho justifica-se a partir da afirmação de Drago (2011) quando diz que “as publicações e estudos a respeito da inclusão nos últimos anos dentro do contexto educativo, tem sido pouco centrados na Educação Infantil”. Então, a abordagem desse tema, torna-se importante para ampliar os conhecimentos sobre as relações entre o processo da inclusão na educação infantil, e o comprometimento dos profissionais com essa nova demanda do sistema educacional, inclusão. Neste sentido, este estudo teve o objetivo de analisar o processo de inclusão da criança com desenvolvimento atípico na perspectiva do professor, de uma escola de educação infantil da rede particular de ensino da cidade de Ipatinga.

A escolha pela temática do papel do professor no processo de ensino aprendizagem do aluno com desenvolvimento atípico no contexto da educação infantil surgiu, por acreditar que é primordial ter uma equipe de profissionais qualificados e que desejam avançar frente ao processo de inclusão, pois, a demanda de alunos com desenvolvimento atípico na educação infantil no ensino regular poderia ser um pouco mais significativa, embora já existam leis que amparem legalmente esses alunos e sua família. Outro fator motivador para a realização desse trabalho foram relatos que a minha filha de cinco anos faz com frequência sobre colegas com desenvolvimento atípico da escola que foi fonte de pesquisa, assim como a experiência da minha caminhada na educação especial há seis anos, experiência em sala de recursos e como professora de apoio.

É necessário rever o modo de pensar, de fazer educação nas salas de aula, de planejar, de avaliar o ensino e principalmente capacitar e aperfeiçoar o professor, especialmente os que atuam diretamente com alunos com desenvolvimento atípico na educação infantil. É primordial a investigação de estratégias e recursos pedagógicos que atendam a especificidade de cada educando.

Mesmo que lenta, a perspectiva quanto a educação inclusiva é que, se crie condições, estruturas e espaços para uma diversidade de educandos, a partir de uma reforma global que envolva tanto o espaço físico como a postura dos profissionais da Educação e de toda a comunidade escolar, no sentido de que aceitem as diferenças como aspectos inerentes ao ser humano, respeitando as peculiaridades individuais e aprendendo a conviver com a diversidade. Ressalta-se que a Educação Inclusiva é um direito constitucional tendo como base a igualdade, o que, pensa-se ser o limiar de uma transformação de antigos paradigmas, a fim de extinguir o processo de exclusão no ambiente escolar e fora dele.

Justifica-se a importância pela pesquisa do tema estabelecido uma vez que, é válido mencionar que a educação infantil é a mola mestra que impulsiona o educando frente ao seu desenvolvimento. Por ser fato que, o período da educação infantil é rico em possibilidades para o desenvolvimento motor, afetivo, cognitivo e social, sugerisse a oferta dessa estimulação global, principalmente ao educando com desenvolvimento atípico, o mais cedo possível.

No que se refere à inclusão, é interessante realizar reflexões sobre as teorias de Vygotsky, que teve como objeto de estudo crianças e jovens abandonados, órfãos ou pessoas que se perderam da família, ou seja, pessoas colocadas à margem da sociedade e como consequência disso apresentavam várias doenças face à desnutrição, pela escassez de alimentos a que eram submetidos, além de uma variedade de distúrbios que envolvem várias áreas pertinentes à vida humana. E, por este motivo, pensa-se que auxiliará no entendimento da prática pedagógica, com foco na Educação Infantil, que se constitui assunto principal desse estudo, dentro de uma perspectiva inclusiva.

Portanto foi relevante investigar, por meio de entrevista e questionários direcionados a três professores, uma coordenadora pedagógica e uma mãe de aluno com Síndrome de Down, que atuam e/ou interagem neste espaço de educação infantil da rede particular de Ipatinga. E para tal foi realizado um estudo empírico desenvolvido em cinco capítulos: I-Fundamentação Teórica; 1.1 – O papel da educação na promoção do

desenvolvimento infantil; A escola e sua importância para o desenvolvimento infantil. 1.2 - O processo de inclusão: avanços e desafios; A educação inclusiva no contexto escolar infantil; O papel do professor de Educação Infantil diante da inclusão. II – objetivos.

III – Metodologia. 3. 1 Fundamentação teórica da metodologia. 3.2 Método. 3.3 Contexto da pesquisa. 3.4 Participantes. 3.5 Instrumentos. 3.6 Materiais. 3.7 Procedimentos para construção de dados. 3.8 Procedimentos de análise de dados. IV – Resultados e Discussão.V – Considerações Finais.

2 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

No intuito de verificar qual é o papel do professor no processo de ensino aprendizagem do aluno em situação de inclusão no contexto da Educação Infantil, pretende-se, a partir de um diálogo embasado em alguns autores que tratam da questão, refletir sobre o assunto a fim de entender como a Educação, através da escola, pode auxiliar nesse processo.

Dessa forma, na primeira seção é apresentado qual é o papel da educação na promoção do desenvolvimento infantil e a importância da escola para o desenvolvimento infantil. Na segunda seção abordar-se-ão os avanços e desafios da educação inclusiva no contexto escolar infantil, na terceira seção é apresentado a respeito de como se dá a educação inclusiva no contexto escolar infantil e, na quarta seção é refletido sobre qual é o papel do professor de Educação Infantil diante da Inclusão.

O papel da educação na promoção do desenvolvimento infantil

Tomando como base as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEIs 22/98), que descreve o trabalho das creches como sendo de atendimento à crianças que compreendem a faixa de 0 a 3 anos de idade e nas pré-escolas ou centros de educação infantil, compreendendo a faixa etária de 4 a 6 anos, infere-se que elas norteiam as propostas curriculares e os projetos pedagógicos, a fim de melhorar a qualidade no sentido de ampliar o atendimento envolvendo não só o cuidar, mas o educar pedagógico, a fim de que as crianças aprendam e desenvolvam habilidades que as preparem para a vida em sociedade.

Portanto, para que isto aconteça, o projeto pedagógico da educação infantil, apresentado pelo Referencial Curricular Nacional (RCN/98), sugere que se desenvolva um trabalho voltado para o desenvolvimento global da criança, de forma a envolver todas as áreas dos aspectos cognitivos, afetivos, físicos, culturais e sociais, no intuito de promover interação entre os diversos indivíduos e inseri-los no contexto social. Pontuando que a Educação Infantil tem como principal objetivo, a preparação das crianças de quatro a seis anos para a escolarização.

Todavia, as Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, ressignificaram a Educação Infantil, incluindo a creche nesse contexto, ampliando o atendimento para faixas etárias menores, no intuito de torná-la a primeira etapa da Educação Básica juntamente com a

pré-escola, que deixou de ser vista como uma segunda casa, aspecto assistencialista, para ocupar um espaço significativo dentro da educação e podendo ser ressaltado a inclusão de crianças com desenvolvimento atípico.

Inclusive, segundo Horn (2004), “é no espaço físico da escola que a criança consegue estabelecer relações entre o mundo e as pessoas.” (p.28) Então, discursar sobre a inclusão na educação infantil, especialmente com relação à infância na creche e na pré-escola, implica no reconhecimento desse espaço como direito da criança na primeira etapa da Educação Básica.

Portanto, a escola tem a obrigação de receber esse aluno e se preparar para que o direito de aprender e se desenvolver sejam assegurados, buscando, inclusive, estratégias de ensino apropriadas, que o levem ao conhecimento dos conteúdos contidos nos eixos de aprendizagem trabalhados pelo professor regente. Essas e outras ações como adaptação do espaço físico, aquisição de materiais didáticos e pedagógicos específicos, a preparação de toda a equipe, devem ser implantadas, no intuito de garantir essa inclusão.

A Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), estabeleceu que a Educação Infantil seria a primeira etapa da educação básica, destacando que o principal objetivo da Educação Infantil “é promover o desenvolvimento global da criança”, de acordo com o artigo 29, Seção II:

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 1996).

Com base nesse pressuposto, pensa-se que esta é a melhor etapa para que a criança com desenvolvimento atípico ingresse na escola, para que inicie, não somente o processo de socialização, mas o de ensino/aprendizagem em todos os aspectos: comportamentais, cognitivos e afetivos para que se sinta parte dessa nova vida, com novas experiências e novas formas de convivência.

Nos últimos anos observou-se um aumento no número de crianças com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento. E com a finalidade de garantir o ingresso dessas crianças na escola regular, inclusive na Educação Infantil é que várias discussões, que envolvem muita polêmica, têm sido levantadas no Brasil e no mundo. Para Biaggio (2007) a política de

inclusão é desafiadora e envolve a todos os profissionais da Educação, mas, também, beneficia a todos. Contudo, várias dificuldades são enfrentadas devido à falta de aceitação, talvez por receio da maioria, em virtude da escassez de investimentos por parte dos governos, gerando uma carga de responsabilidade maior para o profissional diretamente envolvido com a criança e ainda a falta de recursos financeiros que impede a aquisição de materiais de apoio e adaptação do espaço físico.

No entanto, as dificuldades não param por aí, pois, sob o ponto de vista do aluno, muitos são os obstáculos enfrentados devido a essa nova jornada em sua vida e Werner os relata ressaltando que existem mais barreiras sócio-culturais que físicas (relacionadas à deficiência):

O aluno deficiente, como todo ser humano, possui natureza complexa, razão pela qual não pode ser tomado, interpretado, a partir do núcleo primário de sua deficiência (seja física, mental ou sensorial), pois, estão em jogo, não só seu comprometimento orgânico, mas sua representação, sua subjetividade, seus comportamentos, suas habilidades e seus conhecimentos já construídos e a serem construídos. E estes elementos não decorrem, mecanicamente, do tipo de deficiência, ao contrário, são construídos socialmente. O aluno deficiente traz em si tanto a marca do seu problema quanto do meio cultural que a constitui [...] O organismo humano deixa de pertencer ao meio natural, tornando-se parte integrante de um determinado meio sociocultural. Assim, a consciência emerge na e pela cultura. (WERNER, *apud* Tunes e Bartholo, 2007, p.71).

Dessa forma, como a escola pode intervir nesse processo a fim de auxiliar essa criança a superar essas barreiras impostas pela cultura da sociedade vigente? Como ela pode exercer o seu papel para que a inclusão dessa criança ocorra de fato e tenha garantidos os seus direitos de aprendizagem, promovendo o desenvolvimento infantil?

Em primeiro lugar, pensa-se que ela deve identificar as falhas, reconhecendo que necessita aprimorar suas práticas, principalmente no que diz respeito à inclusão. Independente de a criança ser ou não deficiente, a escola é composta de uma diversidade de pessoas, cada uma única, e que estão ali para aprender. Ela tem que se permitir transformar, inovar, sair da mesmice

e reformular seu foco, buscando soluções para que o aprendizado ocorra, retirando os holofotes das dificuldades do aluno. Ela precisa entender que todos devem se apropriar do conhecimento proposto pelo ambiente escolar, mesmo com todas as diferenças existentes, e para tanto precisa incentivar os professores a buscar esse diferencial com a finalidade de gerar aprendizado e não apenas ensino. Afinal, como Coelho (2010) cita Gonzales Rey (1995) que diz:

Compreende-se a escola como um contexto social de desenvolvimento em que se organizam formas características da relação entre desenvolvimento e aprendizagem. Nesse processo, a aprendizagem é concebida como função de um sujeito ativo, interacional, atual, consciente e emocional (p.61).

Se a aprendizagem é concebida dessa forma no contexto social da escola, então, ela revela-se como coadjuvante e não o ator principal desse processo.

A escola infantil, tendo esse papel coadjuvante para a promoção do desenvolvimento infantil precisa se tornar inclusiva. É necessário que haja um combustível chamado querer e acreditar que é possível essa inserção de crianças que não se desenvolveram dentro de um padrão determinado, na escola regular e ainda crer que seja possível que essa criança aprenda.

Segundo Vygotsky (1989), a aprendizagem precede o desenvolvimento e não o contrário. E isso pode se dar pelo fato de, normalmente, a complexidade humana não ser vista sob a ótica da diversidade.

E é isso que a escola precisa compreender para que exerça seu papel, neutra a opiniões rotuladoras, imparcial, a fim de adotar uma postura diferenciada no que se refere à inclusão no âmbito da Educação Infantil. Segundo Figueira 2011, (p.54): “A educação infantil não pode fugir dessa responsabilidade, devendo permitir a mudança de ideias de atitudes e práticas nos âmbitos político, pedagógico e administrativo, gerando mudanças paradigmáticas na sociedade como um todo.”

Ela deve criar um ambiente acolhedor para que a criança se sinta protegida, segura. Deve permitir que a interação de todas as crianças com esse novo ambiente (o educacional) seja conduzida com muita habilidade, respeito, aconchego, para que, dessa forma, a criança se adapte,

sem desenvolver sentimentos de repugnância e conseqüentemente, de rejeição a esse ambiente, podendo, assim, se desenvolver integralmente.

Esse é o papel da escola, conforme afirma Ujii (2007), pois, ela:

Constitui-se em um espaço de socialização por excelência, que cumpre papel de promover o cuidar e o educar da infância e o favorecimento da inserção da criança nas relações éticas e morais que permeiam a sociedade que as cercam. Assim, visualiza a criança como ser social, ao qual deve ser garantido um espaço adequado, digno e sadio com uma prática pedagógica que propicie a construção do conhecimento e o afeto, bem como o desenvolvimento global, tendo em vista interações sucessivas de valores, cultura, conhecimentos sociais, entendimentos de representações, relações intra e interpessoais, num processo de humanização da criança e transformação desta em cidadã do mundo. (p. 255).

Isso leva a crer que somente reconhecendo que a criança, independente de suas diferenças, é um ser global. Não se pode focar no fato de ela possuir uma limitação e sim compreender que como um ser complexo, possui necessidades de adaptação específicas, bem como estratégias e metodologias diferenciadas para que alcance os objetivos propostos. Somente assim a escola exercerá verdadeiramente o seu papel de auxiliar no desenvolvimento integral da criança.

A escola e sua importância para o desenvolvimento infantil

Ao longo dos séculos, a escola tem passado por transformações significativas na tentativa de adequar-se às necessidades de uma sociedade cada vez mais diversificada, ou seja, atualmente a educação brasileira tem diante de si o desafio de possibilitar o acesso e a permanência dos alunos com necessidades educacionais especiais na escola com perspectiva inclusiva.

Segundo Ferreira (2006, p.91) “foi na década de 1990 que um novo conjunto amplo de reformas estruturais e educacionais, inspiradas e encaminhadas por organismos internacionais e caracterizadas pelo discurso da Educação para Todos”, surgiu, sendo que foi esse o limiar para a

intensificação dos movimentos favoráveis a esse discurso. Sendo assim, em meio a essas reformas, surge no cenário educacional brasileiro um documento que passa a ser um referencial para que inúmeras reflexões direcionadas a esse assunto, no intuito de criar e adotar políticas públicas voltadas à inclusão das pessoas com deficiência, nas escolas de ensino regular: A Declaração de Salamanca. (BRASIL, 1994).

Logo após, ao final da década, foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996), que leva o país a garantir a matrícula de alunos com necessidades especiais nas escolas de ensino regular. Desde então, a inclusão, aos poucos, foi se consolidando, iniciando uma nova era para a Educação no Brasil.

A partir daí, torna-se interessante apresentar o conceito de educação inclusiva e inclusão escolar, de acordo com Sasaki (1998).

Educação inclusiva é o processo que ocorre em escolas de qualquer nível preparadas para propiciar um ensino de qualidade a todos os alunos independentemente de seus atributos pessoais, inteligências, estilos de aprendizagem e necessidades comuns ou especiais. A inclusão escolar é uma forma de inserção em que a escola comum tradicional é modificada para ser capaz de acolher qualquer aluno incondicionalmente e de propiciar-lhe uma educação de qualidade. Na inclusão, as pessoas com deficiência estudam na escola que frequentariam se não fossem deficientes (SASSAKI, 1998, p.8).

Neste contexto, pode-se considerar que a educação inclusiva gera uma escola com um ambiente de todos no qual os alunos constroem o conhecimento segundo suas capacidades, expressam suas ideias e se desenvolvem como cidadãos, nas suas diferenças.

É oportuno mencionar, que de acordo com o Ministério da Educação (2001):

Os educandos que apresentam necessidades educacionais especiais são aqueles que, durante o processo educacional, demonstram: dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de

desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares, compreendidas em dois grupos: aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específica; aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências. Que tenham dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos e aquelas com altas habilidades/superdotação, grande facilidade de aprendizagem que os leve a dominar rapidamente os conceitos. (p.18).

Entretanto, para tornar uma escola inclusiva são necessárias ações humanizadas, no sentido de incluir a criança com necessidades educacionais especiais, levando-se em conta todos os aspectos do desenvolvimento humano, o que, pensa-se não é somente inseri-la no ensino regular porque a lei o exige, mas é criar possibilidades para que ela se sinta pertinente ao ambiente e interaja com os demais em situação de igualdade, detentora dos mesmos direitos de aprendizagem.

Ocorre que, há ainda, pensamentos e ações que fortalecem a segregação nas escolas. Esse fato é apontado pela postura de muitos profissionais que resistem à ideia de incluir os alunos portadores de necessidades especiais nas escolas de ensino regular. Em face disso, percebe-se um descaso de gestores e demais profissionais, visto que a adaptação dos espaços escolares caminha a passos lentos, retardando o processo para muitos. Para Ambrosetti (1999, p.92), “trabalhar com a diversidade não é, portanto, ignorar as diferenças ou impedir o exercício da individualidade”, mas deve favorecer o diálogo. Por isso, é pertinente que haja mais adeptos a essa causa, para que se construa uma escola mais justa e que garanta o direito de aprendizagem a todos.

Este é o contexto onde se trava uma batalha pela construção de uma escola inclusiva e igualmente comprometida com a diversidade, principalmente, de pessoas deficientes. É por isso, que as pessoas direta ou indiretamente envolvidas nesse processo, precisam ser ouvidas, para que todo o cidadão detentor dos direitos constitucionais, independente de sua condição física, cognitiva, emocional, psicológica ou social, tenha acesso, com igualdade de direitos a essa escola diversa e inclusiva. E que essa escola atenda a todas as necessidades dentro dessa diversidade como retrata Henriques (2012):

Escola inclusiva é aquela que garante a qualidade de ensino a cada um de seus alunos, reconhecendo e respeitando a diversidade e

respondendo a cada um de acordo com suas potencialidades e necessidades. Uma escola somente poderá ser considerada inclusiva quando estiver organizada, para favorecer a cada aluno, independentemente de etnia, sexo, idade, deficiência, condição social ou qualquer outra situação. Um ensino significativo é aquele que garante o acesso ao conjunto sistematizado de conhecimentos como recursos a serem mobilizados. (p. 09).

Partindo dessa premissa, pode-se depreender que a escola, que é um dos principais microssistemas do desenvolvimento infantil, pois, deve se propor a esse desafio, encarando-o como um meio de crescimento e desenvolvimento social, que não se entrega às concepções tradicionalistas que acreditam (ainda!) em uma educação homogeneizada. Para tanto, deve lutar, inclusive, pela reformulação de seu currículo, de seu espaço físico, de suas metodologias e estratégias.

Jung (2012, p.5) permite uma reflexão no que se refere ao currículo, afirmando que se for “aplicado de maneira rígida”, torna-se um “potente recurso de exclusão social” e que o currículo atual ainda tem sido entendido e aplicado de acordo com a perspectiva de que o ensino regular possui um padrão de exigências de aprendizagem, que todo aluno deve aprender, a fim de obter sucesso na escola.” Acreditando-se que os conteúdos por ele determinados, se forem aprendidos com eficácia “resultam em uma formação plena para a vida.”

Dessa forma, infere-se que para que o desenvolvimento infantil ocorra de forma plena, é necessária uma renovação dos ideais pretendidos pelo currículo. Urge a necessidade da criação de um currículo que aponta para a diversidade, respeitando-a, pautando-se na flexibilidade e apoiando-se no fato de que as aprendizagens são múltiplas e ocorrem de várias maneiras, pelos mais diversos meios.

Essa mudança no currículo já tem base legal, pois, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) possibilita a realização de transformações no currículo escolar, apresentando ideias flexíveis e inovadoras, pautadas em concepções pedagógicas diretamente ligadas à aprendizagem dos alunos, possibilitando a presença de praticamente todos os processos de escolarização do indivíduo, o que inclui princípios, métodos, avaliação, e conteúdos.

Incluir é muito mais que inserir e requer uma transformação plena do sistema educacional vigente. Porque necessita de uma real organização de seus recursos, a fim de cumprir as metas traçadas para a aquisição de uma educação de qualidade para todos, procurando identificar e superar os obstáculos que se impõem no caminho da aquisição do conhecimento. Mudando, principalmente, a construção de seu projeto político pedagógico, no intuito de consolidar a proposta da inclusão.

O processo de inclusão: avanços e desafios da educação inclusiva no contexto escolar infantil

A Educação Infantil deve ser a primeira etapa a implantar uma educação pautada na diversidade a fim de incluir as crianças com necessidades educacionais especiais de forma natural e humanizadora.

Sendo assim, com o surgimento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº9.394/96 e do avanço das discussões acerca do processo de inclusão, a atenção dada às crianças com necessidades educacionais especiais teve crescimento e, conseqüentemente impulsionou a busca de estratégias de ensino aprendizagem diferenciadas e adequadas para se trabalhar com a questão da heterogeneidade no âmbito escolar e educacional (BRASIL, 1996).

Vale destacar, a importância que a inclusão no sistema educacional tem quando inicia na educação infantil, isto é, o contato inicial com o ambiente da educação infantil, seja da criança com necessidades educacionais especiais ou não, produz um caráter definidor, pois ele determina a qualidade das relações que serão construídas futuramente, a partir de mediações inicialmente estabelecidas. Por tais razões, infere-se que a escola constitui a base da construção e aprendizado de valores, socialização e desenvolvimento global das crianças com necessidades educacionais especiais ou crianças consideradas normais (ZYCH e UJIIE, 2009).

Contudo, segundo Assis (2008) a Educação Infantil se torna importante no que diz respeito tanto ao atendimento à criança que apresenta laudo médico como àquelas que se encontram em situação de vulnerabilidade social a fim de prevenir déficits no desenvolvimento por terem negados, por inúmeros motivos, seus direitos no que se refere às suas capacidades e habilidades no contexto familiar.

Infelizmente, alguns pais de crianças com desenvolvimento atípico, não acreditam nos benefícios da inclusão e também não reconhecem que seus filhos têm direito a ela. Fato

comprovado pelo número de matrículas de crianças com deficiência em creches e pré-escolas, que apesar de um aumento desde 2002 até hoje, ainda é considerado um número insignificante.

Mas, de acordo com Vygotsky (1997), são inúmeras as barreiras encontradas pelas pessoas com deficiência, sobretudo, pelo fato de todas as ações educativas serem voltadas, geralmente, para as pessoas ditas normais. Nesse sentido, a escola de ensino regular, dentro do contexto inclusivo, envolve vários aspectos, tais como, estruturais, econômicos, instrumentais, de recursos humanos e pedagógicos.

Além do mais, toda a comunidade escolar deve ser preparada para encarar com naturalidade a inclusão das crianças com necessidades educacionais especiais, aceitando-as e auxiliando-as em sua caminhada para que, conseqüentemente, consigam progredir e ter sucesso no processo de escolarização. Inclusive, torna-se essencial ressaltar que a inclusão escolar, não é simplesmente permitir que uma criança frequente a sala de aula regular, mas é fazer com que ela se beneficie do currículo escolar e da convivência com os alunos considerados normais.

Por essa razão, alguns estudos têm sido realizados, na perspectiva de mostrar como tem ocorrido o processo de inclusão na educação infantil atualmente. Assim, Assis *et al.* (2008) pretenderam em seu estudo mostrar a realidade da inclusão em instituições municipais de educação infantil de Jataí – GO. Os resultados mostraram total desconhecimento sobre o tema pelos professores explicitando pré-conceitos errôneos sobre a inclusão de crianças com necessidades educativas especiais. Concluiu-se com este estudo, que a falta de informação e a formação dos profissionais, bem como de estrutura física e pedagógica das instituições foram os limites evidenciados e que careciam e/ou carecem de intervenção em prol de uma educação inclusiva efetiva.

Já Zych e Ujiie (2009) investigaram as vivências e experiências relacionadas ao paradigma da inclusão na educação infantil nos Centros Municipais de Educação Infantil (CME's), da região de Irate, considerando a importância de sua inserção e integração educacional para a construção de sua identidade. Os resultados obtidos indicaram, portanto, uma total ignorância no que concerne à implantação de um trabalho educativo inclusivo nas instituições de Educação Infantil, no sentido de cooperar com a inclusão no sentido de respeitar a identidade e as peculiaridades da criança com necessidades educacionais especiais.

Inclusive, Vitta *et al.* (2010) analisaram a percepção de professores de educação infantil, e como à prática educativa atual difere em relação a presença de alunos com deficiências

em seus ambientes de trabalho sobre a educação da criança com deficiência na faixa etária de 3 a 6 anos. Os resultados mostraram uma prática fragmentada, que priorizam outros objetivos de socialização que se diferem daqueles considerados educacionais. A partir daí, os autores concluíram que para a alteração desse quadro, a reorganização do espaço físico e dos recursos materiais é de grande importância, no entanto, maior destaque deve ser dado à formação profissional, de forma que contemple conteúdos relacionados às deficiências e técnicas de ensino, que facilitem o processo de aprendizagem das crianças com necessidades educacionais especiais.

Como se observa nos estudos apresentados, as escolas de ensino regular ainda não estão preparadas para se tornarem inclusivas, no entanto, sua transformação no sentido do cumprimento legal e de responder seguramente aos desejos sociais, envolve aprimoramentos constantes, através de ajustes em seus aspectos estruturais, econômicos, instrumentais, além dos aspectos de recursos humanos e pedagógicos, tidos como mais importantes nessa transformação.

Nesse contexto considera-se que a inclusão necessita ser efetivada na Educação Infantil por ser a etapa inicial do desenvolvimento humano.

A fim de se entender melhor a importância de se efetivar a implantação da Educação Inclusiva primordialmente na Educação Infantil, apresentar-se-ão alguns elementos importantes da história da Educação Infantil no Brasil que se inicia com o surgimento das creches para atender às mães trabalhadoras. Segundo Abramowicz e Waskop (1995):

A palavra creche, de origem francesa, significa "manjedoura e foi utilizada para designar a primeira instituição criada há mais de duzentos anos, pelo Padre Oberlin na França, para guardar e abrigar crianças pequenas consideradas necessitadas pela sociedade da época". (p.9)

Contudo, pensa-se que inicialmente tinha um caráter meramente assistencialista.

Segundo Kuhlmann Junior (1991) no Brasil não foi muito diferente, pois, em 1899 fundou-se neste ano o Instituto da Proteção e Assistência a Infância do Rio de Janeiro, que foi pioneira, abrindo mais tarde, filiais por todo o país. Também neste ano, segundo ele foi inaugurada em 13 de novembro a creche da Companhia de Fiação de Tecidos Corcovado, "a primeira creche brasileira para filhos de operários de que se tem registro" (p.18-19).

Todavia, a Educação Infantil só foi considerada um direito de todas as crianças pela Constituição Federal de 1988 e a partir da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996. A LDB definiu a Educação Infantil como a “primeira etapa da educação básica que tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social complementando a ação da família e da comunidade”. (Art.29º).

Segundo Mendes (2010):

Os primeiros anos de vida de uma criança têm sido considerados cada vez mais importantes. Os três primeiros anos, por exemplo, são críticos para o desenvolvimento da inteligência, da personalidade, da linguagem, da socialização, etc. A aceleração do desenvolvimento cerebral durante o primeiro ano de vida é mais rápida e mais extensiva do que qualquer outra etapa da vida, sendo que o tamanho do cérebro praticamente triplica neste período. Entretanto, o desenvolvimento do cérebro é muito mais vulnerável nessa etapa e pode ser afetado por fatores nutricionais, pela qualidade da interação, do cuidado e da estimulação proporcionada à criança. (p. 47-48)

Tomando como base a afirmativa de Mendes, depreende-se que é nessa fase que a criança deve aprender a aceitar as diferenças, tendo-a, apenas, como uma variação dentro do contexto da diversidade. Dessa forma, ela crescerá vendo o diferente de forma natural, sem estabelecer pré-conceitos relativos a ele. Afinal, pensa-se que as diferenças englobam vários aspectos e não somente os que dizem respeito à deficiência.

Referente ao tema educação de crianças com necessidades especiais sugeridas pela LDB, foi elaborado pelo MEC o “Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, Estratégias e Orientações para a Educação de Crianças com Necessidades Educacionais Especiais” (BRASIL, 2000) onde é citado que o Brasil tem alcançado avanços no contexto da inclusão, pois, no documento consta que:

“a Constituição Federal no art. 208, III, define atendimento especializado preferencialmente na rede regular de ensino e,

posteriormente, previsto pela Lei 9.394/96 Leis de Diretrizes e Bases de Educação Nacional. Esta Lei determina que no período de três anos a contar de sua sanção, todas as creches passem para a administração educacional, implicando sua transformação para instituições de educação. Isto faz das creches e pré-escolas a primeira etapa da educação básica com a missão de estabelecer os fundamentos sobre os quais se assentam os níveis seguintes de escolarização.” (p.6)

O texto aponta para a importância da educação infantil e a necessidade da criação de uma escola que atenda a diversidade desde a mais tenra idade, logo na etapa inicial de escolarização. No item 5.1., sobre orientações gerais para creches e pré-escolas, várias são as recomendações para o atendimento de crianças com necessidades educacionais especiais, que vão desde a disponibilização de recursos humanos capacitados até a adaptação do espaço físico interno e externo para atender crianças com NEE, conforme normas de acessibilidade. (p. 24-26).

Daí presume-se que a educação inclusiva no contexto escolar infantil é primordial, pois, as crianças já crescerão e se desenvolverão em um contexto onde as diferenças são respeitadas e todos têm o direito de participar do processo ensino/aprendizagem em condições de igualdade. É nesse ponto que, pensa-se, o professor tem um papel importante na Educação Infantil no contexto da inclusão.

O papel do professor de educação infantil diante da inclusão

Na atualidade percebe-se um aumento significativo do número de crianças com desenvolvimento atípico na educação infantil e pensa-se que tal fenômeno pode ter sido influenciado pelo movimento mundial pela inclusão. Diante de tal perspectiva, nesta seção são apresentados alguns conceitos considerados importantes, no que diz respeito ao papel do professor em face da inclusão de crianças com desenvolvimento atípico na Educação Infantil.

Sabe-se que a inclusão é algo novo e tudo o que está em fase de adaptação gera dificuldades e lança desafios para os envolvidos no processo de educação no contexto do ensino-aprendizagem. Ressalta-se que uma delas é a falta de informação e, conseqüentemente, de

formação continuada de professores para lidar com essa nova escola. A formação de professores é de crucial importância para que se produzam práticas verdadeiramente inclusivas nas escolas. Segundo Perrenoud (1999, p. 8) “O progresso da escola é indissociável de uma profissionalização crescente dos professores.” Para tanto, é necessário que os professores e a escola mudem o seu contexto de atuação, sua postura, seu modo de pensar a inclusão. A transformação do processo pedagógico sugere que ambos, a escola e o profissional, devem admitir essa possibilidade juntos. Para ele, ainda, a escola deve ser reflexiva, de forma que haja uma prática de reflexão e de criticidade sobre a atuação docente, pensando em sua missão social e organização estratégica, a fim de romper as barreiras do preconceito, apoiando sempre os professores.

Há ainda, dificuldades relacionadas às condições de trabalho, à escassez de recursos didáticos, adequação do espaço físico e ao relacionamento interpessoal no campo profissional. Quanto a esses aspectos toma-se por base a seguinte declaração:

Mudanças em todos os seguintes aspectos da escolarização, assim como em muitos outros, são necessárias para a contribuição de escolas inclusivas bem-sucedidas: currículo, prédios, organização escolar, pedagogia, avaliação, pessoal, filosofia da escola e atividades extra-curriculares (BRASIL, 1994, p.8).

Contudo, apesar de todas as dificuldades, o professor precisa contorná-las, pois, é ele quem, na escola, tem um maior contato com esse aluno e conhece um pouco mais suas dificuldades, por isso, ele tem uma grande parcela de responsabilidade sobre esse aluno em situação de inclusão.

A inclusão se relaciona diretamente com o processo de ensino-aprendizagem, por isso, incluir, no sentido de inserir, é insuficiente e não alcança o real objetivo da inclusão que desenvolver na criança especial o sentido de pertinência. Sendo assim, a escola deve se empenhar para ofertar um ensino de qualidade e é nesse ponto que o professor entra, pois, é dele a tarefa de desenvolver métodos e estratégias diversificados e flexíveis, buscando atender à heterogeneidade de sua sala de aula, de modo que o aprendizado alcance a todos.

Lopez (2011) atribui como papel do professor a mediação e o define como alguém que no processo de ensino-aprendizagem cria oportunidades de interpretação do estímulo ambiental, devendo atentar para alguns aspectos cruciais, dando significado à informação obtida, oportunizando a uma aprendizagem de regras e princípios a todos, na mesma proporção para que sejam aplicados às novas aprendizagens, de maneira que o estímulo ambiental se torne relevante e significativo, favorecendo o desenvolvimento integral dos alunos.

O papel do professor nessa perspectiva é tornar possível a socialização da criança com desenvolvimento atípico na sala de aula e adequar a seus métodos, a fim de atender as necessidades dela. É importante ressaltar que o professor deve detectar as dificuldades dessa criança e fazer todas as adaptações necessárias para que ela vença os desafios impostos pelo processo de ensino-aprendizagem. E ainda, avaliá-lo para que possa fazer uma articulação adequada entre a aprendizagem e os grupos nos quais deverá ser inserido para que obtenha avanços significativos no campo cognitivo.

Nunes (2011) afirma que uma boa parcela de professores atuantes deixa claro o seu receio e até rejeitam a inclusão. A concepção do professor em relação à inclusão depende de vários fatores que envolvem a sua formação em várias áreas nos campos cultural e intelectual, o que, pode, de certa maneira, interferir em sua prática pedagógica.

Diante de tantos desafios, qual seria a situação ideal quanto à ação docente no contexto da educação infantil inclusiva?

Pensa-se que seria aquela capaz de tornar a educação um espaço democrático que permita a todo indivíduo, de todas as etnias, credos, deficiências, classes sociais e econômicas, eliminando todos e quaisquer tipos de preconceito existentes. No pensamento de Figueiredo (2002), esse processo de inclusão é um agente transformador, já que ajuda no resgate da identidade e dos valores, que culminarão na construção do conhecimento e na elevação da autoestima.

Assim sendo, a situação ideal segundo Beyer (2006) é a construção de uma prática pedagógica que alcance, de forma igualitária, a todos os alunos e ainda, que seja capaz de atender aos que necessitam de uma pedagogia diferenciada. Contudo, sem discriminação, sem preconceitos, sem excluir, sem rotular, procurando englobar a comunidade escolar, principalmente os alunos que convivem diretamente com o aluno em situação de inclusão, a fim de que respeitem os seus direitos.

Figueiredo (2002), ainda faz referência à Educação Inclusiva de modo que seja um espaço para todos os alunos, inserindo nele (não como um fato isolado) a todos os excluídos, garantindo-lhes qualidade na educação, considerando as diferenças e valorizando a diversidade.

Se assim for feito, criar-se-á um ambiente ideal para a inclusão, permitindo que o professor cumpra seu papel, que é o de mediar, instigar, criar possibilidades para o aprendizado de todos os alunos.

Nesse sentido se faz necessária uma reflexão crítica da família em relação à atuação do professor, principalmente em relação ao desenvolvimento de seu filho. É importante que ela compreenda o papel do professor no contexto da inclusão, pois, existem ações que são exclusivas da família, outras do professor. Picchi (2002) alerta que são os pais que melhor conhecem o seu filho e conseqüentemente sabem, melhor que ninguém, em que áreas tem alcançado progresso. E para esse autor, os pais se tornam co-responsáveis no processo de inclusão de seu filho. Essa é uma ação crucial para que haja parceria entre família e escola, com o objetivo principal de desenvolver na criança as habilidades necessárias para o mundo letrado e social.

3 - OBJETIVOS

Geral

Analisar o papel do professor no processo de ensino aprendizagem do contexto da educação infantil inclusiva.

Específicos

- Identificar possibilidades e limitações atuais na ação docente no contexto da educação infantil inclusiva.
- Analisar qual seria a situação ideal quanto a ação docente no contexto da educação infantil inclusiva.
- Identificar o que a mãe da criança, com Síndrome de Down, do contexto da educação infantil pensa a respeito do papel do professor no processo de ensino aprendizagem de seu filho e do processo de inclusão escolar.

4 - METODOLOGIA

4.1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DA METODOLOGIA

Este estudo foi realizado a partir de uma perspectiva qualitativa, que segundo Recharadson (1989), não se baseia em significado preciso. A principal característica deste método é trabalhar a informação coletada sem representatividade numérica pelo pesquisador, há apenas uma pequena amostragem em números dos resultados obtidos. Pode incluir informações em outra nuance demonstrativa, tais como filmes, desenhos pintura, etc. (TESCH,1990). Prevalece a intenção neste tipo de pesquisa, a não quantificação de dados fenomênicos, implicando análise e observação direta de comportamento.

Segundo Cassel e Symon (1994) o pesquisador qualitativo tem maior interesse na interpretação dos dados do que nos participantes; a ênfase é dada à subjetividade; mais flexibilidade na condução da pesquisa; orienta-se para o processo e não para o resultado; preocupa-se com o contexto e reconhece o impacto do processo sobre a situação de pesquisa, onde ele exerce influência sobre a situação da pesquisa e é por ela influenciado. Para Godoy (1995) os trabalhos qualitativos possuem características essenciais para identificação desse tipo de pesquisa, tais como: “O ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como instrumento fundamental; o caráter descritivo; o significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida como preocupação do investigador e o enfoque indutivo.” (p.62)

Segundo Naanen (1979) a pesquisa qualitativa tem por objetivo traduzir e expressar o sentido dos fenômenos do mundo social trata-se de reduzir a distância entre indicador e indicado, entre teoria e dados, entre contexto e ação. (p. 520)

Sob essa perspectiva foi analisado como ocorre o papel do professor no contexto da educação infantil inclusiva, identificando possibilidades e limitações atuais na ação docente no contexto da educação infantil inclusiva.

4.2 CONTEXTO DA PESQUISA

A presente pesquisa foi realizada em uma escola particular de berçário e educação infantil, localizada na cidade de Ipatinga, que ocupa uma área de 720 m², sendo 220 m² de área construída, portanto tem 500 m² de área livre. Nesta área encontram-se o parquinho, casinha de

boneca com alvenaria e uma quadra coberta. A área construída possui 4(quatro) salas de aula, 1(uma) sala de informática, 1(uma) biblioteca, 1(uma) sala destinada à direção, 1(uma) sala destinada à secretaria, 1(uma) sala de coordenação, 1(uma) copa/cozinha, 2(dois) banheiros destinados aos alunos e (dois) banheiros destinados aos funcionários.

A escola funciona em dois turnos, sendo de 7h as 11h15 e de 13h as 17h15, com um intervalo de 15 minutos para as turmas do Ensino Fundamental e 20 minutos para as turmas do Ensino Infantil. Os agrupamentos de alunos são organizados considerando-se os seguintes aspectos: faixa etária, desenvolvimento físico e mental, além de características próprias do momento em que estão vivendo. A Educação Infantil é organizada em períodos conforme a idade e visa o desenvolvimento integral da criança até os 05 (Cinco) anos, tendo, portanto, caráter de preparação para o Ensino Fundamental.

Os Parâmetros de Organização de Grupos e Relação Educador/Criança levam em conta a idade da seguinte forma: Crianças de 4 meses a 1 ano e 3 meses, sendo que são 06 crianças para um professor; crianças de 1 ano e 4 meses a 2 anos sendo 08 crianças para um professor; crianças de 2 anos sendo 12 crianças para um professor; crianças de 3 anos sendo 15 crianças para um professor; crianças de 4 anos sendo 20 crianças para um professor; crianças de 5 anos sendo 25 crianças para um professor.

A escola mantém a modalidade Educação Infantil, oferecida a crianças de ambos os sexos, em condições adequadas de idade, maturidade e normalidade, de zero a seis anos de idade, assim distribuído: Berçário atendendo a crianças de 4 meses a 1 ano e 3 meses; Maternal I que atende crianças de 1 ano e 4 meses a 2 anos; Maternal II atendendo crianças de 2 anos; maternal III atendendo crianças de 3 anos; 1º Período atendendo crianças de 4 anos e 2º Período atendendo crianças de 5 anos. O Ensino Infantil funciona nos turnos matutinos e vespertinos em regime integral.

A Educação Infantil tem sua organização curricular dividida em eixos que são Linguagem (oral e escrita); Psicomotricidade (Movimento); Formação Pessoal e Social (valores e ética); Artes; Musicalidade (ritmo, discriminação auditiva). Aspectos Naturais (meio ambiente); Pensamento Lógico-Matemático (conceito básico, discriminação visual, figura de fundo, análise e síntese).

A missão da escola é oferecer um ensino de qualidade pautado em uma educação humanizadora que propicie o desenvolvimento global e integral do aluno, fundamentados numa

perspectiva que privilegia os diversos aspectos do desenvolvimento humano, físico, social, intelectual, emocional e espiritual, ressaltando o respeito às diferenças, à cooperação e as inovações tecnológicas. Além disso, tem como filosofia a formação de indivíduos conscientes, capazes de atuarem em diversos ambientes sociais utilizando-se plenamente de sua capacidade intelectual e emocional, ampliando seus conhecimentos, possibilitando apropriar-se de conhecimentos para que em sua prática social se torne um ser crítico, criativo e ético, contribuindo assim para o bem comum.

A educação Infantil visa o desenvolvimento integral da criança de 0 a 5 anos, considerando suas especificidades físicas, afetivas, emocionais, sociais e cognitivas, completando a ação da família e da comunidade.

Após a leitura do Projeto Político Pedagógico da escola, percebeu-se que ele não faz nenhuma menção ao processo de inclusão, especificamente para atender aos alunos com desenvolvimento atípico.

4.3 INSTRUMENTOS

A construção dos dados foi realizada por meio da aplicação de um questionário voltado para os professores. Além disso, foi realizada uma entrevista semiestruturada, sendo um roteiro voltado para os professores e coordenadora, e outro voltado para a mãe da criança. O questionário aplicado com os professores visou investigar os dados pessoais, a formação acadêmica e a experiência docente dos mesmos.

A entrevista semiestruturada aplicada junto aos professores teve o objetivo de investigar três eixos norteadores deste estudo: (a) o papel do professor no processo de ensino aprendizagem junto aos alunos da educação infantil inclusiva; (b) as possibilidades e limitações atuais na ação docente no contexto da educação infantil inclusiva; (c) a situação ideal quanto a ação docente no contexto da educação infantil inclusiva e (d) o que a mãe da criança com Síndrome de Down do contexto da educação infantil pensa a respeito do papel do professor no processo de ensino aprendizagem do seu filho, e do processo de inclusão escolar. Já a entrevista com a mãe da criança teve o objetivo de investigar um dos eixos norteadores deste estudo: o que os pais das crianças com desenvolvimento atípico do contexto da educação infantil pensam a respeito do papel do professor no processo de ensino aprendizagem dos seus filhos.

As professoras responderam o questionário, e participaram da entrevista semiestruturada, individualmente, em horário extra turno na própria escola. A mãe da criança participou da entrevista ficando após o horário de aula da filha, em uma sala cedida pela escola.

4.4 MATERIAIS

Foram utilizados um gravador digital acoplado a um celular, papel A4 e impressora.

4.5 PARTICIPANTES

Participaram desta pesquisa 3 professoras - professora regente, professora de Educação Física e professora de Tempo Integral - todas com ensino superior, atuando diretamente com os alunos com Síndrome de Down, e 1 coordenadora pedagógica (com formação de nível superior em Pedagogia). Todas as professoras e a coordenadora pedagógica tinham idades variando entre 25 a 45 anos. Além disso, participou, ainda, 1 mãe de uma criança com Síndrome de Down, de 39 anos, residente na área urbana, formada no Ensino Médio, trabalhadora atuante em serviços administrativos. Totalizando então, 5 participantes.

As três professoras foram selecionados por atuarem como agente da sala de aula. A coordenadora pedagógica foi selecionada pelo fato de acompanhar e orientar sistematicamente o trabalho dos professores. E por fim, a mãe, foi selecionada como participante, uma vez que, indiretamente, acompanha o processo de ensino aprendizagem da criança, observando o impacto desse processo no desenvolvimento da sua filha.

4.6 PROCEDIMENTOS PARA CONSTRUÇÃO DE DADOS

Os dados deste estudo foram construídos pela própria pesquisadora, em um período de 3 semanas, no mês de setembro e outubro de 2015, em 4 fases. Na primeira, o objetivo foi apresentar a proposta de pesquisa para a direção escolar a fim de obter a autorização para a sua realização, bem como obter o Projeto Pedagógico da Escola para a sua melhor caracterização nesta pesquisa. Na segunda, o objetivo foi apresentar a proposta da pesquisa para as participantes selecionadas (professoras, coordenadora pedagógica e mãe de aluno com Síndrome de Down), considerando a disponibilidade delas para participarem do estudo, bem como apresentar o Termo

de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE, que foi assinado em duas vias. Neste momento foi acordado em qual dia/horário seria aplicado o questionário e realizada a entrevista com cada uma delas, foi um pouco complicado acertarmos as datas, pois a escola estava preparando a festa da família e logo depois a organização da festa das crianças e para mais, uma semana em outubro a escola só funciona o berçário recesso para outros alunos e professores. Na terceira fase, foi aplicado o questionário e a entrevista a cada uma das professoras e coordenadora pedagógica individualmente. Por fim, na quarta fase, foi realizada a entrevista com uma mãe de uma aluna com desenvolvimento atípico (Síndrome de Down) a fim de saber o que ela pensa ser o papel do professor no processo de ensino-aprendizagem no contexto da inclusão.

4.7 PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DOS DADOS

Os dados foram analisados com base na análise de conteúdo proposta por Bardin (1977) e por Dessen e Cerqueira-Silva (2009). Portanto, o procedimento de análise dos dados das entrevistas foi realizado em diferentes etapas, que serão descritas a seguir. A primeira etapa (n.1) realizada para a Análise de Conteúdo de cada uma das entrevistas foi:

SELEÇÃO E EXPLORAÇÃO DO MATERIAL (PRÉ-ANÁLISE).

Após a transcrição das entrevistas selecionou-se um grupo de participantes para que suas entrevistas fossem analisadas - professores. A partir disso, foi realizada a leitura de cada uma das entrevistas desse grupo.

CODIFICAÇÃO (EXPLORAÇÃO DO MATERIAL).

Nesta etapa o pesquisador identificou e marcou os temas no texto, na própria transcrição digital.

AGRUPAMENTO DOS TEMAS (CATEGORIZAÇÃO).

Após a leitura dos temas observados na entrevista, foram identificados aqueles que possuem semelhança ou que estão relacionados entre si. Esse agrupamento foi realizado de modo a envolver o maior número possível de temas. Ao final, cada um desses agrupamentos resultou em uma categoria.

DEFINIÇÃO E VALIDAÇÃO DAS CATEGORIAS EMPÍRICAS.

Para garantir que as categorias criadas fossem válidas e objetivas, foi realizada uma análise de juízes, de uma amostra dos dados construídos pela pesquisa. Essa análise envolveu outro pesquisador, com experiência em AC, que realizou os três passos acima descritos para a mesma entrevista. Ambas as análises foram comparadas para verificar se havia concordância entre elas; caso contrário, ocorria uma discussão até que se chegasse a um consenso quanto às categorias identificadas e seus respectivos temas. A partir dessa análise de juízes, foi garantida a objetividade da categorização, cujo princípio básico é criar categorias que possam ser observadas igualmente por outro avaliador.

A tabela 1 apresenta o modelo de organização dos dados para análise de cada uma das entrevistas, conforme as etapas percorridas até este momento.

Tabela 1. Modelo de Organização dos Dados para Análise de Cada uma das Entrevistas

Categoria	Tema	SUBTEMA	Verbalização
1.			
2.			

Portanto, após a finalização das quatro primeiras etapas de análise para todas as entrevistas de um mesmo grupo (professores), iniciou-se o processo de análise das entrevistas em conjunto (Etapa n. 2). As etapas para essa análise foram: (a) formação das categorias síntese; (b) classificação dos temas; e (c) definição das categorias.

FORMAÇÃO DAS CATEGORIAS SÍNTESE

Em um primeiro momento, foram lidas as categorizações de todas as entrevistas do grupo. Em seguida, foram eleitas as categorias mais representativas daquele grupo, estando presentes na maioria das entrevistas realizadas. Essas são camadas de *categorias síntese*.

CLASSIFICAÇÃO DOS TEMAS

Concluído o sistema inicial, composto pelas categorias síntese, foi realizada a classificação dos temas de todas as entrevistas do grupo dentro desse sistema. Nessa classificação, foram incluídos os temas que representavam cada uma das categorias, presentes nas entrevistas já analisadas do grupo e suas respectivas verbalizações. Para isso, uma mesma tabela, contendo as verbalizações, os temas, subtemas e as categorias, foi desenvolvida. Contudo, neste momento, a tabela foi formada pelas categorias síntese e contém verbalizações de todas as entrevistas, conforme modelo apresentado na tabela 2.

Tabela 2. Tabela Utilizada para a Organização dos Dados na Formação das Categorias Síntese de um Grupo de Entrevistados

Categoria	Tema	SUBTEMA	Verbalização	Entrevista
1.				
2.				

DEFINIÇÃO DAS CATEGORIAS

Esta etapa consistiu em definir cada uma das categorias formadas (inferência). Tanto a definição quanto o nome da categoria foram baseados na própria fala dos entrevistados. Isso significa que ambos advêm do conteúdo verbalizado, sendo que a definição contempla um conjunto de relatos que expressam e explicam o que está contido na categoria síntese.

5 - RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados e suas respectivas discussões, com base na literatura, são apresentados em quatro seções, integrando os diferentes instrumentos de construção de dados utilizados (questionário e entrevista) e considerando as diferentes categorias investigadas por meio das entrevistas. Na primeira seção, foi analisado e descrito o papel do professor no processo de ensino aprendizagem junto aos alunos da educação infantil inclusiva. Na segunda seção, são apresentadas as possibilidades e limitações atuais na ação docente no contexto da educação infantil inclusiva. A terceira seção enfoca a situação ideal quanto a ação docente no contexto da educação infantil inclusiva. Por último, a quarta seção é dedicada à descrição e análise sobre o que a mãe da criança com Síndrome de Down, do contexto da educação infantil pensa a respeito do papel do professor no processo de ensino aprendizagem do seu filho com Síndrome de Down e do processo de inclusão escolar.

O papel do professor no processo de ensino aprendizagem junto aos alunos da educação infantil inclusiva

Em relação ao papel do professor no processo de ensino aprendizagem junto aos alunos da educação infantil inclusiva, a partir das verbalizações, foi identificado o tema “Como o professor trabalha?”. As verbalizações das entrevistadas apontaram para de forma coletiva (n=2), com jogos pedagógicos, brincadeiras e músicas (n= 3), de maneira igual para todos, não prepara uma aula específica (n= 2).

“O meu trabalho dentro de sala de aula com aluno educação inclusiva é feito de forma coletiva está sempre junto com os alunos em volta como a educação infantil ela trabalha, sim, muito com roda (né!?), rodinha de conversa... as aulas acontecem de forma dinâmica com uma educação infantil, a criança tem que estar inserida junto com os outros de forma agradável, mas, quando é atividade assim formal (né!?) de livros, de atividades... essa criança precisa de jogos pedagógicos, é alfabeto móvel, quando trabalho animais é colocado em suas mãos atividades

levadas sobre os animais: como é, como é o jogo da memória, essas coisas... é muito trabalhada a parte da inclusão.” (Professor Regente)

“As minhas aulas na realidade (pausa), elas não são preparadas pensando nos alunos da educação inclusiva, eu planejo a aula e, dos dois alunos que eu tenho, um dá conta e outro não dá, então, eu confesso eu nunca preparei uma aula específica para essa aluna que não participa da minha aula direito.” (Professor de Educação Física).

“As atividades que eu faço com elas são diversas brincadeiras uso muito brinquedo, jogos pedagógicos, bola, pula-pula e todos são dirigidos por mim.” (Professor de Tempo Integral).

“Bom, as orientações que a gente, eu dou aos professores é questão da prática com aluno que necessita dessa inclusão, é contextualizado, o que dá em sala para o aluno do ensino regular é o mesmo que da para o aluno da inclusão. Porém de uma forma mais prática ela faz mais através de jogos, através de brincadeiras, musica dessa forma que acontecem as orientações que eu tento passar para elas.” (Coordenadora)

Percebe-se, entre eles, uma concordância na prática pedagógica, pois, usam brincadeiras, jogos, materiais concretos e outros para serem explorados pelo aluno da inclusão. Contudo, vê-se uma disparidade no que se refere à questão de preparar uma aula específica para esse aluno, visto que, um professor não o faz.

No que se refere à preparação das aulas, entende-se que o professor de Educação Física, ainda não tem um olhar reflexivo sobre a inclusão. Principalmente, pelo fato de que, parece transmitir um pensamento de que a aluna que não dá conta, nunca dará. Não adianta fazer nada. Não adianta planejar algo pensando nas especificidades dela.

Mantoan (2003) ressalta que educar para a inclusão consiste em rever paradigmas e quebrar preconceitos, tendo uma necessidade, urgente, de mudança no modelo educacional. A inclusão não é algo distante e nem inalcançável, pois, apenas se constitui em um desafio, que só

será vencido quando todos os envolvidos no processo educativo se permitirem mudar e romper com essa ideia de que esses alunos não estão aptos a aprender.

Em contrapartida, a mãe de um aluno acha que o trabalho do professor é muito generalizado. E que ela não atenta para as especificidades de sua filha que tem Síndrome de Down.

“Não, eu não sei como tem sido o trabalho dela, ela trabalha né, a professora com a minha filha na sala de aula de uma forma geral não específico sem, sem dar atenção assim em questão de Síndrome de Down, é generalizado.” (Mãe de aluno)

Contudo, percebe-se, a partir de sua fala que ela não possui conhecimento do trabalho realizado pela professora com sua filha.

Silveira e Neves (2006) acreditam que a escola deve envolver os pais das crianças deficientes, até em algumas aulas, “[...] para que esteja clara para os pais, a seriedade da proposta pedagógica específica para seu filho, bem como para que se possam instrumentalizar os pais para atividades possíveis de serem realizadas em casa” (p. 84).

Sendo assim, cabe à escola o papel de aproximar os pais da realidade na qual seu filho está inserido no contexto escolar, no sentido de orientá-lo sobre o trabalho realizado.

Possibilidades e limitações atuais da ação docente no contexto da educação infantil inclusiva

Outra categoria investigada foi quanto às possibilidades e limitações atuais da ação docente no contexto da educação infantil inclusiva, sendo identificado como tema “o que o professor realiza para promover a inclusão”.

Logo, uma entrevistada comentou que a partir do trabalho cotidiano. (n=1) e também mostrando para o pai a diferença entre o trabalho individual e o trabalho colaborativo (n=1):

“Principal ação é o trabalho a cada dia né!? Mostrando pro pai a diferença que tem se eu trabalhar com ajuda dos outros profissionais, também da escola. Através de rodinha os professores vêm promovendo... é isso!” (Professor regente)

Uma professora disse não identificar ações (n=1):

*“Eu não vejo ação nenhuma no meio dos professores com os quais eu trabalho, então, eu não saberia te falar se está sendo né!? Como eu já respondi antes, talvez tem alguma reunião sim, mas eu sou Educação Física e eu estou por fora disso, mas eu não vejo nenhuma ação.”
(Professor de Educação Física)*

Quanto à interação com as crianças, com e sem NEE (n=2) uma professora disse:

“Eu acho que interagindo as crianças especiais com as ditas normais, elas vão se desenvolver e quando adultas vão entender que as pessoas especiais fazem parte da sociedade, ou seja, os dois lados saberão lidar um com outro, que tem características diferentes e que todos nós sabemos respeitar as diferenças entre elas, alunos especiais. (Professor de Tempo Integral).

No que se refere ao respeito às diferenças (n=1) e utilização de várias formas de intervenção como conversa individual, jogos, etc. (n=1) a coordenadora pontuou:

Bom... hoje eu percebo que os meus alunos e os meus professores já procuram mais interagir com as pessoas que trabalham com a educação inclusiva e a própria professora vem desenvolvendo muito jogo, coisas simples, mas está sempre fazendo isso, conversando diretamente com esse aluno, ajudando ele de todas as formas possíveis. (Coordenadora).

Baseando-se nas verbalizações, depreende-se que um fator importante para a promoção da inclusão é a interação. Percebe-se, que essa ação, aliada ao trabalho cotidiano com atividades lúdicas, promove o respeito às diferenças.

Para Hinde (1979), uma relação evidencia determinados tipos de interação constantes entre duas pessoas (ou mais), o que envolve intercâmbios em um período de tempo, em que ambas

desenvolvem algum grau de mutualidade, onde o comportamento de uma pode influenciar o comportamento da outra.

Isso leva ao pensamento de que a interação pode moldar comportamentos. E de certa forma, a partir dessa interação pode-se obter uma ação individual mais aprimorada.

Vygotsky (1989) mostra que as funções psicológicas superiores originam-se das relações reais entre indivíduos humanos, já que durante o desenvolvimento, as atividades, a princípio, são coletivas (interpsíquicas) para depois se tornarem individuais, que envolvem propriedades internas da mente.

Pensa-se, assim, que as ações planejadas na escola para a promoção da inclusão são ineficazes se não houver um processo constante de interação nesse ambiente. Pois, através dela o ser humano tem a oportunidade de enxergar o outro como seu semelhante e identificar nele sentimentos e pensamentos que correspondem aos seus e a partir daí, respeitar as diferenças.

Nessa etapa, o tema sugerido foi referente às ações do professor para transformar a escola regular em escola inclusiva e obtiveram-se, a partir das verbalizações os seguintes subtemas: deve educar e cuidar (n=1); investir em formação continuada, intercâmbio com professores experientes e buscar recursos. (n=5); adotar mudança de paradigmas (n=1) e auxiliar no desenvolvimento da criança (n=1).

“O trabalho do professor é continuar tentando a cada dia melhorar nos estudos, procurar aprofundar mais, saber o tipo de deficiência do aluno, tentar fazer trabalho e ajudar cada dia mais nas atividades, não só educar o aluno, também cuidar envolve muito essa parte da criança especial.”

(Professor Regente)

“Difícil essa né!? Seria buscar cursos né!? Buscar recursos, até mesmo com vocês que já trabalha a anos, para vir para escola, principalmente, aqui na nossa, você é uma escola particular, para vim falar pra gente quais são, quais seriam né!? Algumas ações que a gente poderia tomar, porque eu não estou falando por mim, que fica apenas, mas vocês estão constantemente lidando com esses alunos e com certeza tem muita coisa pra passar pra nós, que talvez seria alguma coisa que poderia até sugerir pra você, vir trabalhar... assim... dar uma palestra

para falar, a gente, olha, dá pra fazer isto, porque talvez a gente acha que é tão difícil, e acaba deixando de lado e não buscando informações, e agora são seis anos já, eu trabalho em algumas escolas né!? Que tem esse professor de apoio, poderia vim para as escolas, informar algumas coisas... que a gente fica perdido, a teoria muito difícil, só no papel, diferente da prática, então, com informação de vocês que estão trabalhando com essas crianças eu penso que nos ajudaria demais.
(Professor de Educação Física)

“Eu acho que o corpo docente necessita ser capacitado e que os professores estejam abertos a novos planos, mudanças, que só ocorrerá inclusão de verdade a partir do momento que muda o paradigma tradicional, que as crianças ditas normais (tosse) E todo lugar um novo paradigma que é incluído né!? Essas crianças...”
(Professor de Tempo Integral)

“Bom eu acho que por parte dos professores como dito anteriormente é a questão de estar sempre estudando sempre aprimorando seus estudos em relação específica a essa a esse tipo de criança porque é com eles que a criança fica o dia todo ele que a criança fica em sala de aula então é com ele que vai ter todo esse desenvolvimento.”
(Coordenadora)

Com base nessas verbalizações observa-se uma maior frequência no que diz respeito à capacitação, seja através de intercâmbio, formação continuada ou busca de recursos no sentido de se preparar para o trabalho educacional geral, mas, sobretudo, na Educação Inclusiva.

A formação não se constrói por acumulação (de cursos, de conhecimentos ou de técnicas), mas sim através de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de (re)construção permanente de uma identidade pessoal. Por isso é tão importante investir a pessoa e dar

um estatuto ao saber da experiência [...]. Práticas de formação que tomem como referência as dimensões colectivas contribuem para a emancipação profissional e para a consolidação de uma profissão que é autônoma na produção dos seus saberes e dos seus valores. (Nóvoa, 1995, p. 25)

Contudo, baseando-se nas verbalizações, menciona-se ainda, o fato de o professor adotar uma nova postura (mudança de paradigma) em virtude de o aluno em situação de inclusão necessitar, além de uma educação voltada para o desenvolvimento cognitivo, ser cuidado do ponto de vista físico, dependendo da situação. Essa nova postura o incitará a adotar novas práticas e vice-versa, criando, pensa-se, um ciclo de renovação constante.

Fazendo um paralelo com a verbalização de uma mãe de aluno entrevistada sobre o que precisa ser melhorado com relação ao trabalho do professor (n=1), ela responde: *“Eu acho que precisa ser melhorado questão didática da minha filha, o estímulo didático é a única questão que eu acho que deveria ser melhorado”*. (Mãe)

Sendo assim, toma-se como importantíssima essa mudança, essa busca de recursos e troca de experiências para o trabalho no contexto da Educação Inclusiva.

De acordo com SANTOS (2007), a ação docente no contexto da diversidade deve ser trabalhada a partir de rede de encontros de saberes, de fazeres, reflexões, métodos, estratégias, recursos, avaliações, para que ele possa se constituir em um ser coletivo. Pois, para ele, vivemos em um tempo de tradução e esse momento é crucial para a criação de diálogos entre os diferentes saberes e experiências em uma sociedade plural.

Dentro dessa categoria, extraiu-se das verbalizações o tema “dificuldades (limitações) enfrentadas por professores e escolas no processo de inclusão e o que foi feito para superá-las.” E ainda, os seguintes subtemas: Imposição de limites e regras. (n=2); Não contar com a ajuda do professor de apoio (n=1); Professor não possui formação adequada (n=4); Participação da família e necessidade de apoio.(n=8); Cativar os alunos e falta de articulação com a equipe. (n=3); Sobrecarga para o professor (n=1).

Muitos desafios são enfrentados, mas para um professor a maior delas é a imposição de limites a essas crianças em situação de inclusão. Quanto a isso relatou:

“Os maiores desafios, dificuldades encontradas na sala é porque é meio complicado de colocar limites. A parte de um limite é muito

complicada, falta muita ajuda sim, da família, né! É igual [pausa] eu trabalho sozinha dentro de sala de aula, junto com os outros alunos também a dificuldade deles são maior, meu maior desafio com essa aluna é o limite, né, impor limites e regras.” (Professor Regente).

Para outra professora, a maior dificuldade é trabalhar sozinha. Observe o que ela disse:

“Sem o professor de apoio fica complicado para o professor da turma trabalhar com esse aluno, porque se a gente deixar a turma toda pra dar suporte a um, a um aluno apenas, o resto vai ficar em defasagem[...]” (Professor de Educação Física)

Uma professora acha que é a falta de formação adequada que é a maior dificuldade, ao que respondeu:

“Então... os professores não possuem uma formação adequada para trabalhar com esse tipo de criança né[...]” (Professor de Tempo Integral)

Já a coordenadora pensa que seja a falta de interesse dos pais com relação à Educação Infantil. Veja o que ela disse:

“Bom, eu acho que a dificuldade, muitas dificuldades que o professor da educação infantil acha éeee até mesmo dos próprios pais que acham que por ser educação infantil, a criança ainda não está na hora de alfabetizar, não leva muito a sério, deixando que tudo aconteça simplesmente por parte do professor e não a ajuda vem de casa.” (Coordenadora)

Percebe-se que os anseios são os mesmos. A maioria concorda que há necessidade de um professor de apoio para a efetivação de um bom trabalho, ou seja, com qualidade, de modo a alcançar a todos. Em contrapartida, uma professora acha que é a formação dos professores.

Nesse caso, subentende-se, que apesar de não terem mencionado que há necessidade de uma melhor preparação dos professores para atuar no contexto inclusivo, todos se sentem inseguros e despreparados.

Para Nunes (2011) uma boa parcela de professores atuantes deixa claro o seu receio e até rejeitam a inclusão, o que fica subentendido nas falas dos professores.

É um assunto que causa, ainda, muita polêmica, pois, envolvem questões delicadas, que colocam de um lado, os interesses da criança com desenvolvimento típico e de outro os interesses da criança com desenvolvimento atípico.

Mas estudiosos do assunto não descartam a ideia de se ter um professor de apoio, que acompanhe e garanta o acesso da criança ao conhecimento. Por isso, ressalta-se, aqui, a importância desse professor, para auxiliar o desenvolvimento da criança em todos os aspectos que a envolvem.

A esse respeito, vale destacar, que deve ser desenvolvida uma ação colaborativa na sala de aula, envolvendo ambos os profissionais que trabalham com a criança deficiente. Nesse contexto, Garcia (2004) aponta que: O atendimento aos alunos com necessidades especiais nas escolas do ensino regular está previsto no Art. 7º da Resolução, com ênfase no serviço de apoio pedagógico especializado nas classes comuns. As condições desse atendimento estão dispostas no Art. 8º, o qual prevê também o serviço de apoio pedagógico especializado em salas de recursos. (p.52).

Traçando um paralelo com a fala de uma mãe de aluno, percebe-se, que também há essa expectativa por parte dela, no que se refere a uma dificuldade da professora, quando explicita seu pensamento sobre o quanto ela se empenha para que haja aprendizagem de sua filha. Pouco empenho (n=1)

“Não, até porque ela não tem condição de... de dar um ensino melhor para minha filha, pelo fato dela ser sozinha dentro de uma sala de aula.”.(mãe)

No que tange às dificuldades encontradas no decorrer do processo de inclusão o professor regente a maior dificuldade se concentra na falta de apoio da família: “É... as principais dificuldades, eu já falei, a parte mais da família, também da ajuda acompanhando né!?” Nesse sentido, Chacon (2009) mostra que a família é uma parte muito importante na construção da história da humanidade. Ela configura-se como um microsistema ativo no que diz respeito à evolução social humana e, aos poucos vem sofrendo mudanças radicais em sua constituição, o que pode de certa forma, interferir nessa relação família x escola. Para ele a educação é entendida como um processo conjunto, que envolve a ambas as partes, tanto a família como a escola.

Já a professora de Educação Física encontra mais dificuldades na questão da adaptação do planejamento e incentivo aos alunos, no sentido de cativá-los para que sejam mais próximos e mais amigos dele, principalmente uma aluna com Síndrome de Down: “O que é a principal dificuldade pra mim, enfrentada pelo professor é essa de consolidar realmente com esse aluno, como cativar os alunos para que eles sejam amigos da gente, pra que ele consiga desenvolver, que não adianta... você planejar só uma aula também pensando nele como inclusão (né!?) junto com os outros alunos se você não consegue cativar esse aluno, então, a dificuldade maior é cativar [...]”

Existem várias possibilidades para se planejar aulas de Educação Física, de modo que algumas podem ser pautadas nas disputas e outras na ludicidade, utilizando jogos e brincadeiras. Do ponto de vista de DEUTSCH (2000):

A intercomunicação de ideias, a coordenação de esforços, a amizade e o orgulho por pertencer ao grupo, que são fundamentais para a harmonia e a eficácia, parece desaparecer quando seus membros se vêm em situação de competir para a obtenção de objetivos mutuamente exclusivos. Ademais, há alguma indicação que a competição produza maior insegurança pessoal (expectativa de hostilidade por parte de outros), do que de cooperação. (DEUTSCH, apud BROTTTO, 2000, p. 46).

Sob esse ponto de vista, não há possibilidades de se cativar os alunos. É necessária uma ação reflexiva, no intuito de incluir a todos os alunos, pois, esse é o papel do professor de acordo

com Lopez (2011) que atribui como papel do professor a mediação e o define como alguém que no processo de ensino-aprendizagem cria oportunidades de interpretação do estímulo ambiental, devendo atentar para alguns aspectos cruciais, dando significado à informação obtida, oportunizando a uma aprendizagem de regras e princípios a todos, na mesma proporção para que sejam aplicados às novas aprendizagens, de maneira que o estímulo ambiental se torne relevante e significativo, favorecendo o desenvolvimento integral dos alunos.

Pensa-se que o professor de Educação Física possui um papel importante no desenvolvimento da criança. Gomes (2012) entende que para conseguir responder, adequadamente, à função que lhe é conferida, o professor de Educação Física deverá, antes de tudo, identificar as capacidades dos alunos portadores de deficiência que integram a sua classe, para depois selecionar as estratégias e materiais pedagógicos adaptados às necessidades dessas crianças, selecionar estratégias de avaliação, entre outras. Para ele o papel do docente assume ainda maior relevo e responsabilidade com o aluno em situação de inclusão do que com o restante dos alunos.

Assim sendo, para que um professor de Educação Física tenha êxito em suas aulas, alcançando a todos os alunos (inclusive os que possuem Síndrome de Down), ele precisa rever seus planejamentos e sua prática, tendo como partida as dificuldades de todos os alunos. Para tanto, deve buscar embasamentos teóricos e, se possível, planejar aulas dentro de uma perspectiva lúdica, que vise o desenvolvimento da criança, respeitando suas especificidades e focando em sua autoestima.

Os jogos e as brincadeiras têm papel de destaque no processo de desenvolvimento das pessoas com Síndrome de Down. Através deles, todos que trabalham na busca de uma educação de qualidade para esses indivíduos, ou seja, educadores e demais profissionais especializados, os têm como aliados ao destacarem algumas funções capazes de aprimorar dimensões humanas, como a cognitiva, a afetiva, a físico-motora, a moral e a comunicativa. (LIMA et al, 2011, p.52).

Então, em seu planejamento, deve ter objetivos bem traçados e buscar, junto à equipe, estratégias que se encaixem às dificuldades do aluno, bem como constantes adaptações para que ele se sinta estimulado a participar das aulas. A comunicação é um instrumento primordial para

aquisição de resultados, tanto com a equipe, quanto com os alunos. E é nesse sentido, que a professora regente encontra dificuldades, principalmente na comunicação com o aluno especial, contudo, diz que devido ao tempo que passa com ela, já está conseguindo superar essa dificuldade: “Eu acho que foi o desenvolvimento dessa criança que eu acompanhei por volta de 4h, que a sua fala não era fácil de entender e hoje, ainda com algumas dificuldades, né!? a gente consegue compreender perfeitamente o que ela está falando.”

A análise sugere que as dificuldades podem ter origem na falta de comunicação entre a equipe, no intuito de sanar as dificuldades encontradas pelo e com o aluno em situação de inclusão.

Já existem estudos que indicam uma maior eficácia no ensino-aprendizagem, quando há trabalho colaborativo. Machado e Almeida (2010) ressaltam que o poder das equipes colaborativas desenvolve-se na capacidade para contextualizar as habilidades únicas de cada educador para despertar sentimentos de interdependência positiva, desenvolver habilidades criativas no que se refere à resolução de problemas em conjunto, promover apoio mútuo e compartilhar responsabilidades e dificuldades encontradas por cada um. Assim, o trabalho colaborativo pode auxiliar no desenvolvimento de uma co-responsabilidade entre os profissionais envolvidos. Dessa maneira, com decisões e ações compartilhadas, além de alcançar resultados positivos com o aluno em situação de inclusão, outros benefícios como a diminuição e erradicação do preconceito contra esses alunos.

Situação ideal quanto à ação docente no contexto da educação infantil inclusiva

Outra categoria investigada refere-se à Situação ideal quanto à ação docente no contexto da educação infantil inclusiva, sendo identificado o tema “o que o professor deve vir a realizar para a melhoria de sua prática”, e posteriormente, os subtemas: adaptar o plano de aula (n=1); atividades lúdicas (n=1); revisão das práticas, diagnóstico, criação de novas estratégias e estudo (n=4); sistema de apoio: entre alunos, entre professores, equipe pedagógica e família. (n=6).

Quanto à adaptação do plano de aula uma professora disse:

“Olha... adaptar o plano de aula, aí esses alunos seria uma das medidas, mais os recursos são poucos em relação a material que a gente tem pra fazer essa adaptação, é claro que tem muitas atividades, muitas

lúdicas, que dá pra eles participarem [...] e é o meu caso, eu não... como eu não consegui nenhum diagnóstico para eu saber como poderia trabalhar, eu fico perdida e acabo não trabalhando.” (Professor de Educação Física).

Quanto ao trabalho com atividades lúdicas, a revisão das práticas, criação de novas estratégias, estudo e um sistema de apoio entre toda a equipe e alunos ambos concordam que devem existir tais ações para a melhoria de sua prática.

“Manter sempre em conjunto, vai trabalhar sempre em conjunto, junto com os alunos[.]” (Professor Regente.).

*“Eu acho que em primeiro lugar, o coordenador deve dialogar com a família, para procurar entender qual o caminho a seguir, com relação ao aprendizado daquele aluno. E juntamente com professor regente da turma rever suas práticas e buscar uma forma que venha trazer benefício ao ensino-aprendizagem. Eu acho que a turma tem muito que ajudar né!? [...]o professor vai trabalhando né!? Com oficinas, facilitando para criar o ciclo de amigos, orientar as crianças se aconselhar, até que todas as crianças consigam trabalhar em grupo, aprendendo todas as diferenças.”
Prof. De T. I.*

[...] Buscando é... conectar mais a família e o professor de diretamente pra estar lidando com esse aluno pedir aos pais que... que procure, né, outro an... é... médicos específicos nessa área que o aluno precisa, e o professor ele tem que está realmente estudando, gente, não tem outra forma, você sempre tem que estar se especializando em saber

como acontece, procurando de ou amigo de outro como deve ser o tratamento de todos os dias a alfabetização deste aluno”. (Coordenadora)

Estabelecendo uma conexão entre revisão das práticas, adaptação do planejamento, estudo, criação de novas estratégias e atividades lúdicas, mostra-se que são ações interdependentes, pois, uma depende da outra para coexistir. Entende-se que todas essas práticas culminarão no que se refere à Educação Infantil no contexto da inclusão, em atividades lúdicas.

Para Piaget (1971), o lúdico faz parte da vida da criança, pois, o desenvolvimento dela ocorre a partir do lúdico, ela necessita da brincadeira para crescer e do jogo como forma de se equilibrar com o mundo. Percebe-se, então, que as atividades lúdicas devem se fazer presentes em sala de aula, como uma importante aliada à prática docente, favorecendo o processo de ensino-aprendizagem.

Chama-se atenção para o fato de a maior parte dos entrevistados concordar que uma boa prática se dá a partir do trabalho pautado no apoio mútuo, seja entre os componentes da equipe, entre professores e alunos e entre escola e família. Observa-se, que para eles, esse é um fator primordial para que haja melhoria nas práticas pedagógicas.

Tendo em vista que todos têm um objetivo em comum que é obter êxito do aluno, no caso da escola e do filho, no caso dos pais, o trabalho colaborativo é uma ferramenta que deve-se considerar para que haja qualidade no processo de formação dessa criança.

A família e a escola educam a criança compartilhando o interesse comum de fazer-lhe bem e de ajudá-la ao máximo, mas para uns trata-se de seu filho e para outros de um aluno. Isso supõe que suas perspectivas, suas expectativas e seus interesses sejam diferentes. Uma verdadeira colaboração em nível de igualdade passa pelo respeito mútuo e supõe um certo nível de confiança (PANIAGUA, 2004, p. 343).

Dessa maneira pode-se compreender que essa colaboração gera confiança e isso pode contribuir significativamente para o desenvolvimento de todo o grupo.

Dentro desse eixo foi possível observar como os professores percebem o processo de inclusão. No que se refere à situação ideal as verbalizações foram divididas da seguinte forma: Atendimento aos alunos com SD, TDH e Autismo (n=6); necessidade de professor de apoio. (n=2) e adaptações na escola (n=2).

Com relação aos tipos de deficiências que são atendidas na escola os professores responderam:

“O tipo de deficiência que se encontra na minha sala de aula é a síndrome de down, esse daí é possível sim, atender na escola regular, mas com ajuda de outros profissionais também na área de saúde e outros mais né.” (Professor Regente)

[...] “A deficiência que eu tenho na sala é síndrome e autismo.” (Prof. De Ed. Fís.)

“É... aqui na escola que eu trabalho eu tenho conhecimento da síndrome de down...” (Professor de Tempo Integral)

“Bom, na minha escola eu tenho síndrome de down, tenho crianças com TDH e autismo.”(Coordenadora)

Partindo do ponto das possibilidades de atender alunos com SD, TDH e Autismo (n=6), observa-se que os outros pontos se encaixam, visto que há necessidades de adaptações na escola, para que esses alunos se sintam acolhidos. E dependendo do caso, necessita-se de um professor de apoio para auxiliar essa criança em suas necessidades individuais.

De acordo com a DECLARAÇÃO DE SALAMANCA (1994) as escolas inclusivas devem reconhecer e atender às diversas necessidades de seus alunos, adotando estilos e ritmos diferentes de aprendizagem, assegurando, assim, uma educação de qualidade a todos através de um currículo apropriado, que atenda às especificidades dos alunos, mudanças em sua organização, estratégias de ensino diferenciadas, uso dos recursos necessários e parceiras com a

comunidade, de forma que dentro das escolas inclusivas, as crianças com necessidades educacionais especiais recebessem todo o apoio extra de que necessitam, no intuito de lhes garantir uma educação de qualidade.

Realizando-se uma conexão com a verbalização da mãe de aluno entrevistada, no que se refere ao processo de inclusão escolar, percebe-se uma falha no sentido de incluir a criança parcialmente, onde uma das necessidades que deveria ser garantida na escola, fica a desejar, pois, é a parte principal do contexto escolar: a didática, dentro do subtema “Somente social” (n=1).

“sim é incluído no sentido social no sentido didático não.” (mãe)

Sanchez (2005) ao tratar da educação inclusiva aponta para o fato de que ela visa apoiar as qualidades e necessidades individuais e coletivas dos alunos. Frisando que a heterogeneidade é uma questão natural e as ações educativas dos docentes devem contemplar os diferentes níveis instrumentais e atitudinais como recursos intra e interpessoais a fim de beneficiar a todos os alunos, sem qualquer distinção.

Dentro desse tema foram levantados os seguintes subtemas, a partir das verbalizações: visão do que é Educação Especial (n=2); visão do que é Educação Inclusiva (n=3) e não sabe a diferença (n=1).

“Educação especial é mais levada para as crianças que tem algum tipo de dificuldades né! Que deve ser solucionada em sala. A educação inclusiva é mais para todas as crianças... têm direito ao espaço de uma educação, incluir a criança junto ao espaço aos outros alunos, os colegas”. Prof. Reg.

“Não, não sei te falar”. (risos) (Professor de Educação Física).

“É... a educação especial ela é uma modalidade de Educação escolar que a gente faz na escola, e são recursos que o professor faz para

facilitar a aprendizagem da aluna de acordo com a deficiência dela, a educação inclusiva é uma lei que estabelece que as escolas regulares devem ser adaptadas para atender todas as crianças, para que elas tenham uma educação de qualidade e direitos iguais a todas as outras.” (Professor de Tempo Integral).

“Bom, a educação inclusiva eu acredito que seja a educação onde a gente coloque , onde a gente abre as portas para a criança com deficiência especial para dentro da escola né , e a educação acontece a partir do momento que você contextualiza de acordo que esse criança necessita, então inclusive acho que é colocar dentro e a educação acontece a partir do momento que você faz a diferença com aquele aluno que necessita.” (Coordenadora).

As discussões acima envolvem os conceitos de Educação Inclusiva e Educação especial. Percebe-se que há necessidade de um aprofundamento, por parte dos professores, sobre o assunto. O que se vê são concepções distantes da realidade que se quer implantar com o processo de inclusão.

Nota-se um pouco de desconhecimento, no que se refere aos conceitos. Nenhum dos entrevistados soube definir Educação Especial. Conforme Delou (2008) os termos Educação Especial e Educação Inclusiva são denominações diferentes. Para ela a Educação Especial é uma modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente, na rede regular de ensino, aos educandos portadores de necessidades especiais. A Educação inclusiva é tida como uma política de justiça social que alcança dois alunos com necessidades educacionais especiais, ou, então, uma prática inovadora que frisa a qualidade de ensino para todos, mas, quando o assunto é prática pedagógica, ambas se articulam.

Fernandes e Glat (2005) percebem em seus estudos que a Educação Especial é segregacionista e funcionava paralelamente aos métodos com ênfase clínica e tinha currículos próprios e não tinha espaço nas instituições públicas, já que a maioria dos alunos deficientes era atendida por instituições privadas. Para elas, a Educação Inclusiva tem o diferencial que é a

diversidade em detrimento da homogeneidade e essa deve ser a forma prioritária de atendimento a alunos com necessidades educativas especiais.

O que a mãe da criança com Síndrome de Down pensa a respeito do papel do professor no processo de ensino aprendizagem do seu filho e do processo de inclusão escolar

O que se percebeu a partir da análise das verbalizações de uma mãe, cuja filha tem Síndrome de Down e frequenta uma escola de Educação Infantil, do Ensino Regular, foi uma insegurança com relação sobre o que pensa ser o papel do professor no processo de aprendizagem do seu filho. Nota-se que, de certa forma, há uma falha na comunicação entre família e escola.

“Não, eu não sei como tem sido o trabalho dela [...]” (Mãe).

Pensa-se que o diálogo e a proximidade destes são fatores importantes que várias questões sejam esclarecidas no que se refere ao processo de ensino-aprendizagem na escola, principalmente quando o assunto é inclusão. Isso acarretará em uma família mais informada sobre como é o trabalho da professora e conseqüentemente quais são as atribuições dele no que se refere ao processo de aprendizagem de sua filha.

A questão do diálogo com a família é reforçada por Lopes e Marquezan (2000):

O aluno da Educação Especial é tão especial quanto qualquer pessoa. A família é a principal responsável pelas ações do seu filho com necessidades especiais. É ela que lhe oferece a primeira formação. Na integração/inclusão escolar, o aluno, com a orientação dos profissionais e da família, poderá adquirir competência profissional e pessoal. Este artigo é resultado do trabalho de pesquisa realizado para identificar o

envolvimento da família no processo de integração/inclusão escolar da pessoa com necessidades especiais. (p. 01).

Todavia, dentro do contexto da escola, o professor é quem exerce o papel principal a fim de auxiliar o aluno no desenvolvimento de suas capacidades e habilidades, procurando dialogar com a equipe de trabalho, o que inclui a equipe gestora e coordenador pedagógico. Estando sempre disposto a inovar, usar diferentes estratégias que atendam às necessidades coletivas e individuais dos alunos. Mas isso precisa ficar claro para a família. E é dever da escola mostrar o tipo de trabalho que é desenvolvido, os objetivos, as metas que pretendem alcançar e os tipos de avanços que a criança teve a partir das intervenções realizadas.

Para a escola, tudo está claro, pois, há todo um planejamento de ações para o atendimento aos alunos de maneira igualitária, inclusive intervenções individuais para com os alunos que possuem dificuldades de aprendizagem, especialmente àqueles em situação de inclusão. Contudo, percebeu-se na fala da mãe que não há um atendimento específico voltado para o pleno desenvolvimento de sua filha.

“[...] A professora com a minha filha na sala de aula de uma forma geral, não específico, sem, sem dar atenção, assim... em questão de Síndrome de Down, é generalizado.” (Mãe).

Para ela o que precisa ser melhorado para uma inclusão eficaz é um acompanhamento individualizado, ou seja, um professor de apoio que possa dar uma atenção especial para sua filha, pois, observou que o professor regente não tem condições de fazê-lo. Observe o que ela disse:

Há uma diferença do que precisa ser melhorado, na diferença com o que a professora tem disponível pra oferecer né, no caso eu, eu acho interessante ter uma atenção especial para o desenvolvimento dela até

porque ela precisa de estímulo, mas eu entendo também que não tem como ela, é... professora dentro da sala de aula dar atenção no caso específico dela com outros alunos, aí teria que ser uma pessoa específica. (Mãe).

Portanto, é possível observar que para a mãe o importante é que sua filha seja assistida individualmente. E ainda, sob o ponto de vista dela, não há um desenvolvimento significativo de sua filha, pelo fato de pensar que ela está incluída apenas no sentido da socialização, mas não no cognitivo. Percebe-se subliminarmente que ela gostaria que houvesse um maior empenho por parte da professora, de modo que sua filha fosse incluída didaticamente, ou seja, que fossem aplicadas atividades específicas para o seu desenvolvimento cognitivo. Observe:

“Sim é incluída no sentido social, no sentido didático não.” (Mãe).

É interessante pontuar que, de certa forma, a mãe dessa criança não conhece o trabalho realizado pelas professoras com sua filha e pensa-se que ela presume o que acontece com sua filha dentro do contexto escolar. Isso pode ser percebido quando ela diz:

Não, eu não sei como tem sido o trabalho dela, ela trabalha, né, a professora com a minha filha na sala de aula de uma forma geral não específico sem, sem dar atenção assim em questão de Síndrome de Down, é generalizado. (Mãe).

Contudo, nota-se que ela, apesar de achar que sua filha não tem atenção individualizada, entende que não há nenhum tipo de discriminação por parte das professoras quando diz:

Ela não tem discriminação com minha filha, trata ela como uma criança como as outras, não tem nenhum problema com ela pelo fato dela ter Síndrome de Down. (Mãe)

Esse fator é importante porque reforça a confiança dos pais em relação à escola e os profissionais nela envolvidos. Essa confiança leva os pais a uma maior interação com o meio

escolar frequentado por seus filhos. Nesse sentido é interessante que as famílias se sintam parte do ambiente escolar através das atividades realizadas nele. Dessa maneira, podem conhecer melhor o trabalho, principalmente dos professores. E assim, participar ativamente do processo de aprendizagem do seu filho. Sob essa ótica Carneiro (2001), pontua que há uma necessidade cada vez maior de os pais dialogarem com a escola dos seus filhos, porque é nesse ambiente que seu filho terá oportunidade de experienciar outras modalidades de convivência fora do contexto familiar.

A experiência do convívio social dentro da escola necessita de um elo, que é o professor. É ele quem mediará a criança, tanto com o conhecimento como em suas relações sociais. E nesse ponto a mãe enfatiza que o professor tem um importante papel que é estimular a criança. O professor é importante:

Porque, é no caso da minha filha que tem síndrome de Down ela precisa deste mundo então nada melhor do que a professora para estimular, o que ela só vai aprender através de estímulos, tudo dela é através de estímulos então nada melhor que um professor que dê ênfase a isso. (mãe).

Percebe-se o quanto é importante a valorização do professor, tendo como base tanto as suas qualidades humanas como as científicas. Além de se considerar que o processo de ensino-aprendizagem ocorre dentro de um contexto diverso que não depende unicamente de uma pessoa, mas de todos os envolvidos, inclusive a família. Segundo Picchi (2002) é a família o principal responsável pelo desenvolvimento da criança.

Contudo, não há como facilitar o desenvolvimento dessa criança se não há interesse de aproximação da escola por parte da família. E se participa passivamente, como um observador descuidado, pode não entender o processo e tampouco, conhecer o papel do professor. Nesse

sentido, percebeu-se que esse distanciamento gera dúvidas quanto ao trabalho realizado pelos professores e pela escola, por parte da mãe. Observe a contradição em suas verbalizações: quando questionada se existe por parte do professor, um comprometimento maior /empenho para com a aprendizagem de seu filho ao que respondeu:

Não até porque ela não tem condição de, de dar uma atenção melhor para minha filha pelo fato dela ser sozinha dentro de uma sala de aula (Mãe).

E quando questionada se no método de ensino do professor ele leva em com conta as limitações de seu filho, disse: “*sim, acho que leva*” (Mãe).

Nota-se uma confusão e contradição sobre o trabalho realizado pelo professor, pois, ora diz que a professora não leva em conta as necessidades específicas de sua filha, ora diz que ela leva em conta as limitações dela.

Mas apesar de haver dúvidas, verifica-se que para a mãe o papel do professor no processo de aprendizagem do seu filho consiste em realizar um trabalho específico com ele, ou seja, adaptar seu planejamento, de modo a atender tanto os alunos com desenvolvimento típico, como à sua filha com Síndrome de Down. E percebe, ainda, a inclusão como sendo uma maneira de sua filha desenvolver várias habilidades no campo cognitivo, afetivo e social. Retomando o que diz Figueiredo (2002), sobre a Educação Inclusiva ser um espaço para todos os alunos, inserindo nele (não como um fato isolado) a todos os excluídos, garantindo-lhes qualidade na educação, considerando as diferenças e valorizando a diversidade, entende-se que é justamente isso que deve ser feito.

6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivos analisar e descrever o papel do professor no processo de ensino aprendizagem do contexto da educação infantil inclusiva; identificar possibilidades e limitações atuais na ação docente no contexto da educação infantil inclusiva; analisar qual seria a situação ideal quanto a ação docente no contexto da educação infantil inclusiva; e identificar o que os pais das crianças com Síndrome de Down pensam a respeito do papel do professor no processo de ensino aprendizagem dos seus filhos.

O estudo apontou para o fato de que incluir é possível, contudo, há necessidade de preparação tanto da escola, como dos professores e dos pais para que o processo se efetive com sucesso. Demonstrou ainda que muitos desafios e dificuldades como a falta de apoio dos pais, a necessidade de um professor de apoio, a escassez de formação continuada na área da inclusão e a imposição de limites se fazem presentes e se constituem em obstáculos a seres superados. Abriu caminhos para o entendimento que para se empreender ações que auxiliam na implantação da inclusão é necessária boa vontade. Mostrou também que o papel do professor rompe as barreiras do ensino/aprendizagem referentes ao campo cognitivo, pois, ele deve promover ações em outros campos da esfera humana como o afetivo, o psicológico, o social e o cultural, por trabalhar em um ambiente em que predomina a diversidade, a heterogeneidade. E para tanto, deve promover a interação entre todos os alunos, ensinando-os a respeitar as diferenças. Além de, nas entrelinhas, mostrar que para a mãe de um aluno com Síndrome de Down, o papel do professor é promover avanços em todos os alunos e organizar-se a fim de criar condições para oferecer atendimento individualizado àqueles que possuem dificuldades de aprendizado, especialmente os alunos em situação de inclusão. De modo geral, seu papel é promover aprendizado de todos, sem distinção.

Revelou que nem só de dificuldades vive a inclusão, pois, a cada dia uma nova conquista é adquirida com os alunos pertinentes a esse processo.

Ressalta-se ainda, que o estudo indicou que as escolas precisam se organizar para receber a todos e promover um ensino de qualidade a eles, sem distinção. Mostrou um pouco do fazer pedagógico no contexto da inclusão, através das ações sugeridas pelos docentes, dos desafios que são propostos pela inclusão, das dificuldades enfrentadas por eles e pela escola, dos conceitos relativos à inclusão e do papel da família para a garantia dos direitos do filho em situação de inclusão. Apontou também, que há um desconhecimento do trabalho do professor por parte da família, mas que ainda assim, ela percebe o papel do professor como fator importante para o

desenvolvimento de seu filho e a inclusão no contexto da Educação Infantil e ensino regular como sendo um meio adequado para isso.

Salienta-se também que várias contribuições científicas e sociais foram apontadas tanto pelas leis regulamentadas pela Constituição Federal, LDB, Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, como por teóricos que se empenham em pesquisas para comprovar ou refutar teses e/ou hipóteses referentes ao que é ou não exitoso no processo de inclusão.

Contudo, essas discussões não se concluem aqui, pelo fato de que a luta pela inclusão continua e ainda há muito que fazer para que ela se efetive. E essas ações envolvem o campo político, principalmente no que se refere às questões como investimentos, elaboração, efetivação e cumprimento de leis que regem o processo da inclusão. Envolvem toda a escola, incluindo seus gestores, para garantir que as mudanças aconteçam e enfim, a toda a sociedade a fim de que mudem seus paradigmas pré-concebidos com respeito à inclusão, adotando posturas não só de respeito às diferenças, mas se tornando ativa na valorização delas.

REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, A; WASKOP, G. **Creches: atividades para crianças de zero a seis anos**. São Paulo: Moderna, 1995.

AMBROSETTI, N.B. O. **“Eu” e o “Nós”**: trabalhando com a diversidade em sala de aula. In: Pedagogias das diferenças na sala de aula. Marli André (org.). São Paulo. Editora Papyrus, 1999.

ASSIS, R.M. de; SILVEIRA, S.V.S.; GONÇALVES, V.O. Inclusão escolar e educação infantil: a realidade jataiense. Inter-Ação: **Rev. Fac. Educ.** UFG, 33 (2): 487-507, jul./dez. 2008.

BATISTA, M.W.; ENUMO, S.R.F. Inclusão escolar e deficiência mental: análise da interação social entre companheiros. **Estudos de Psicologia**, vol.9, nº 1, p.101-111, 2004.

BARDIN, Laurence. **L'Analyse de Contenu**. Presses Universitaires de France. Tradução: RETO Luís e PINHEIRO, Augusto. Edições 70. Lisboa, Portugal, 1977.

BEYER, H. O. **A Educação Inclusiva: ressignificando conceitos e práticas da educação especial**. Revista Educação Especial. Brasília: 2006.

BIAGGIO, R. de. **A inclusão de crianças com deficiência cresce e muda a prática das creches e pré-escolas**. Revista criança do professor de educação infantil: A inclusão de crianças com deficiência na educação infantil. MEC. Vol.44. p. 19-23. SP. Novembro/2007. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/revista44.pdf>>. Acesso em 18/10/2015.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil** / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Resolução CEB nº 22/98. Brasília: Diário Oficial. 1998.

BRASIL. Lei nº9.394 de 20 de Dezembro de 1996. LDB – **Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional**, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília – DF, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Educação Especial no Brasil**: série institucional 2. Brasília, 1994.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília, CORDE, 1994.

BRASIL. Declaração De Salamanca. **Sobre Princípios. Política e Prática em Educação Especial**. Brasília. 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/txt/salamanca.txt>. Acesso em 30/10/2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes para a educação especial na educação básica/Secretaria de Educação Especial** – MEC; SEESP, 79 p. 2001. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>. Acesso em 30/10/2015.

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional Para A Educação Infantil: estratégias e orientações para a educação de crianças com necessidades educacionais especiais**. /Ministério da Educação – Brasília: MEC, 2000. 22 p. Disponível em http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/eduinf_esp_ref.pdf. Acesso em 7/11/2015.

BIAGGIO, Rita de. A inclusão de crianças com deficiência cresce e muda a prática das creches e pré – escolas. *Revista Criança*, Brasília, n.44, p.19-26, nov.2007.

CARNEIRO, R.U.C. Educação Inclusiva na Educação Infantil. *Práxis Educacional*, v.8, n.12, p.81-85. Vitória da Conquista- BA, jan./jun. 2012.

CARNEIRO, Roberto. **Educar hoje. Enciclopédia dos pais**. Editora, Lexicultural. 2001.

CASSELL, Catherine; SYMON, Gillian. *Qualitative methods in organizational research*. London: Sage Publications, 1994.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL . 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em 7/11/2015.

CHACON, M.C.M.; DEFENDI, E.L.; FELIPPE, M.C.G.C. **A família como parceira no processo de desenvolvimento e educação do deficiente visual**. In: MASINI, E.F.S. (org) *A pessoa com deficiência visual: um livro para educadores*. São Paulo: Vetor Editora, 2007. p. 131-174.

COELHO, Cristina M. Madeira *et al.* **Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar**. Coordenação de Diva Albuquerque Maciel e Silviane Barbato. Brasília. Editora UNB, 2010.

DELOU, Cristina Maria Carvalho. **A educação especial e a educação inclusiva no cenário brasileiro: contextualização do problema**. In: ROSA,S.P.S.;DELOU,C.M.C.; OLIVEIRA, E.S.G. *Fundamentos teóricos e metodológicos da inclusão*. Curitiba: IESDE, Brasil S.A.,2008

DESSEN, M. A., CERQUEIRA-SILVA, S. **Desenvolvendo sistemas de categorias com dados de entrevistas** In: *Pesquisando a Família* ed. Curitiba: Juruá, 2009, v.1, p. 43-56.

DEUTSCH, M. *in* BROTTTO, Fábio Otuzi. **Jogos cooperativos: se o importante é competir, o fundamental é cooperar**. 4ª edição. Santos, SP: Renovada, 2000.

FERNANDES, E. M. e GLAT Rosana. **Da Educação Segregada à Educação Inclusiva: uma Breve Reflexão sobre os Paradigmas Educacionais no Contexto da Educação Especial Brasileira**. Artigo publicado na Revista Inclusão nº 1, 2005, MEC/ SEESP. Rio de Janeiro.

FERREIRA, J.R. **Educação especial, inclusão e política educacional: notas brasileiras.** In: *Inclusão E Educação - Doze Olhares Sobre a Educação Inclusiva*. David Rodrigues (org.). São Paulo. Editora Summus, 2006.

FIGUEIRA, E. **O que é educação inclusiva.** São Paulo: Brasiliense, 2011. (Coleção Primeiros passos).

FIGUEIREDO, R. V. **Políticas de inclusão: escola-gestão da aprendizagem na diversidade.** In: ROSA, D. E. G.; SOUZA, V. C. (Orgs). *Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002.

FONSECA, V. **Educação Especial.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. **Políticas Públicas De Inclusão: Uma Análise do Campo Da Educação Especial Brasileira.** Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

GODOY, Arilda S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *Revista de Administração de Empresas*, v.35, nº 2, Mar/Abr. 1995, p. 57-63

GOMES, Luís Alexandre Rego Correia. **A Motivação e a Ansiedade na integração dos alunos com Deficiência Mental nas atividades desportivas.** Mestrado em Ciências da Educação na Especialidade em Domínio Cognitivo e Motor. Escola Superior de Educação João de Deus. Lisboa. Portugal. 2012. Disponível em <http://comum.rcaap.pt/bitstream/123456789/2589/1/tesedemestradofinal.pdf>. Acesso em 24/10/2015.

HENRIQUES, R. M. **O Currículo Adaptado na Inclusão de Deficiente Intelectual.** Disponível: < www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/489-4.pdf > Acesso em: 19/10/2015.

HINDE, R.A. **Towards understanding relationships**. New York: Academic Press Incorporation, 1979.

HORN, M.G.de S. **Sabores, cores, sons, aromas: a construção do espaço na educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

JUNG, J.M. **Inclusão: eis a questão! Uma abordagem sobre currículo e diversidade**. Disponível em < www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1195/1010 > Acesso em: 19/10/2015.

KUHLMANN JUNIOR, Moisés. Instituições Pré-Escolares Assistencialista no Brasil (1889-1922). Cadernos de Pesquisas, São Paulo, n.78, p.18-21, ago.1991.

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL. 1996. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em 7/11/2015.

LIMA, Adriane Xavier Corgozinho et al. **Down, Rompendo Barreiras: A Construção Do Conhecimento Através Dos Jogos E Brincadeiras**. Revista Pedagogia em Ação. V.3, n. 2, 2011. Disponível em <http://200.229.32.55/index.php/pedagogiacao/article/view/5809/5582>. Acesso em 24/10/2015.

LOPES, Renato Paula e MARQUEZAN, Vieira Reinoldo. **O Envolvimento Da Família No Processo De Integração/Inclusão Do Aluno Com Necessidades Especiais**. Revista Educação Especial, nº 15, 2000. Disponível em <http://cascavel.cpd.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/educacaoespecial/article/view/5285/3216>. Acesso em 24/10/2015.

LOPEZ, J. C. **A formação de professores para a inclusão escolar de estudantes autistas: contribuições psicopedagógicas**. 2011. Trabalho final do curso (Especialização em

Psicopedagogia Clínica e Institucional) - Universidade de Brasília. Instituto de Psicologia – Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED, Brasília, 2011.

MACHADO, Andréa Carla; ALMEIDA, Maria Amélia. **Parceria no contexto escolar: uma experiência de ensino colaborativo para educação inclusiva**. Rev. psicopedagogia, São Paulo, v. 27, n. 84, 2010. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010384862010000300004&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 24 out. 2015.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MEC. **PARECER CNE/CEB 17/2001 – HOMOLOGADO**. Disponível em http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB017_2001.pdf. Acesso em 2/12/2015

MENDES, E.G. **Raízes históricas da educação inclusiva**. Texto produzido para o Seminário Avançado sobre Educação Inclusiva – UNESP, 2001, Marília, SP. Mimeo.

MENDES, E. G. **Inclusão marco zero: começando pelas creches**. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2010.

MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. **Ensino: as abordagens do processo**. São Paulo: EPU, 1986. (Temas básicos da educação e ensino) <http://www.angelfire.com/ak2/jamalves/Abordagem.htm> acessado em 05 de outubro de 2015

MRECH, L. M. **Psicanálise e Educação: novos operadores de leitura**. São Paulo: Pioneira, 1999.

NAANEN, John, Van. **Reclaiming qualitative methods for organizational research: a preface**, In Administrative Science Quarterly, vol.24, no.4, December 1979 a, p 520-526.

NOGUEIRA, M. L. de L. **O fazer Psicopedagógico com Portadores de Altas Habilidades**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICOPEDAGOGIA, São Paulo, 2000.

NÓVOA, A. **Formação de professores e profissão docente**. In: NÓVOA, A. (Coord.). Os professores e a sua formação. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

NUNES, S. M. **A concepção dos familiares, professores sobre a inclusão dos alunos com necessidade especiais na escola regular**. 2011. Disponível em: <<http://editora.unoesc.edu.br/index.php/coloquiointernacional/article/view/1240>>. Acesso em: 23/10/2015.

PANIAGUA, Gema. As famílias de crianças com necessidades educativas especiais. In: COLL, C.; MARCHESI, A.; PALACIOS, J. Desenvolvimento psicológico da educação: transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais. Tradução de Fátima Murad. v. 3, 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

PEDRINELLI, V. J. **Educação Física Adaptada: Conceituação e Terminologia**. In: Educação Física e Desporto para Pessoas Portadoras de Deficiência. Brasília: MECSEDES, SESI-DN, 1994, p. 7-10.

PERRENOUD, Philippe. **Formar professores em contextos sociais em mudança: Prática reflexiva e participação crítica**. In: Revista Brasileira de Educação. Nº 12, 1999. P. 15-21.

PIAGET, J. **A formação do símbolo na criança, imitação, jogo, sonho, imagem e representação de jogo**. São Paulo: Znanh, 1971.

PIAGET J. In LAVATTELLY, C. S. e STENDLER, F. Reading in child behavior and development. New York: Hartcourt Brace Janovich, 1972. **.Que, por sua vez, é a reimpressão das páginas 7-19** de: RIPPLE R. e ROCKCASTLE, V. Piaget rediscovered. Cornell University,

196. Disponível em file:///D:/Meus%20documentos/Downloads/10976.pdf. Acesso em 22/09/2015.

PICCHI, Magali Bussab. **Parceiros da Inclusão Escolar**. São Paulo: Arte e Ciência, 2002.

PONTE, J. P.; OLIVEIRA, H. **Remar contra a maré: a construção do conhecimento e da identidade profissional na formação inicial**. Revista de Educação, v.11, n.2. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2002.

RICHARDSON, Roberto Jarry. Pesquisa social: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1989.

SANCHEZ, P. A. **A educação inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI**. Revista Inclusão. Brasília, v.1, n.1, 718 p. out./2005.

SANTOS, B. de S. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SASSAKI, R. K. **Integração e Inclusão: do que estamos falando? Temas sobre Desenvolvimento**, v.7, n.39. 1998.

SILVEIRA, F. F. e NEVES, M. M. B. J. **Inclusão escolar de crianças com deficiência múltipla: concepções de pais e professores**. Psic.: Teor. e Pesq., vol.22, n.1, p.79- 86. 2006.

TESCH, R. Qualitative Research: analysis types and software tools. New York: Falmer. 1990.

TUNES, E. e BARTHOLO, R. **Nos limites da ação**. São Paulo. Edufscar, 2007.

UJIE, Nájela Tavares. Ação Lúdica na Educação Infantil. In: Colloquium Humanarum. Presidente Prudente-SP: Editora UNOESTE, v. 4, n.1, Jun. 2007, p. 01-07. Disponível: <http://revistas.unoeste.br/revistas/ch/>. Acesso em 3/12/2015.

UNESCO. **Declaração de Salamanca: sobre princípio política e prática em educação especial**. 1994. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em 23/10/2015.

VALENTE, José Armando (org.). **Liberando a mente: computadores na educação especial**. Campinas: UNICAMP, 1991.

VYGOTSKY, L. S. **A Formação Social da Mente**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

VYGOTSKI, L.S. **Obras escogidas V: Fundamentos de defectología**. Madrid: Visor Distribuciones, 1997.

VITTA, F. C. F. de. **Cuidado e educação nas atividades do berçário e suas implicações na atuação profissional para o desenvolvimento e inclusão da criança de 0 a 18 meses**. 2004. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos.

ZYCH, Anizia Costa e UJIE Nájela Tavares. **Concepções de coordenadoras de CMEI e o paradigma da inclusão na educação da primeira infância**. REP - Revista Espaço Pedagógico, v. 17, n. 1, Passo Fundo, p. 54-63, jan./jun. 2009. Disponível em <http://www.upf.br/seer/index.php/rep/article/viewFile/2031/1264>. Acesso em 18/10/2015.



APENDICES

Universidade de Brasília Instituto de Psicologia
Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*
Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

Apêndice A- Roteiro da entrevista com os pais (mãe respondeu)

PARTE 1 – O papel do professor no processo de ensino aprendizagem junto aos alunos da educação infantil inclusiva

- 1) Você sabe dizer como tem sido o trabalho do professor com sua filha em sala de aula?
- 2) O que você considera de positivo no trabalho do professor com sua filha em sala de aula?
- 3) O que você considera que precisa ser melhorado no trabalho do professor com sua filha?
- 4) Qual seria o professor ideal para ensinar o sua filha? Como ele deveria ser e o que deveria fazer?
- 5) Em sua opinião, qual a importância do professor na vida de sua filha?
- 6) É uma relação que você considera saudável entre o professor e sua filha?
- 7) Você percebe que o professor estimula a interação de sua filha com os demais alunos?
- 8) Existe por parte do professor, um comprometimento maior /empenho para com a aprendizagem de sua filha?
- 9) Percebe um trato de igualdade na relação do professor com sua filha?
- 10) Sente que sua filha gosta do professor?
- 11) Em que aspectos você percebe necessidade de melhorias na relação de ensino/aprendizagem do professor para com sua filha?
- 12) No método de ensino do professor ele leva em com conta as limitações de sua filha?
- 13) Então, você acha que sua filha é de fato incluindo no processo ensino/aprendizagem desenvolvido pelo professor?



Universidade de Brasília Instituto de Psicologia

Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*
Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

Apêndice B- Roteiro da entrevista com o professor regente e do tempo integral:

PARTE 1 – O papel do professor no processo de ensino aprendizagem junto aos alunos da educação infantil inclusiva

1. Como é o seu trabalho junto aos alunos da educação infantil inclusiva? Explique como acontecem as suas aulas, como são preparadas, quais recursos você utiliza.....etc.
2. Quais são os maiores desafios no trabalho do professor junto aos alunos da educação inclusiva infantil?
3. Qual é os tipos de deficiência que tem na sua sala de aula? É possível atender na escola regular? Você acha que necessitam de escolas e classes especiais?
4. Você poderia (saberia) explicar as diferenças entre as denominações “Educação Especial” e “Educação Inclusiva”?
5. Qual foi a sua maior vitória em relação a sua dedicação à educação inclusiva?
6. Quais as principais dificuldades enfrentadas por professores e escolas no processo de inclusão? O que foi feito para superá-las?
7. Você acredita que a inclusão pode contribuir para diminuir o preconceito? Por quê?

PARTE 2 - Possibilidades e limitações atuais na ação docente no contexto da educação infantil inclusiva

1. Que tipo de ação pode ser sugerida, no sentido de tornar eficaz a inclusão do aluno com deficiência na escola regular de educação infantil?

2. Quais são as principais ações que os professores vem promovendo no sentido de ampliar essa inclusão na educação infantil?

3. O que é preciso fazer, por parte dos professores, para transformar a escola regular em um espaço preparado para trabalhar com alunos com deficiência?

PARTE 3 - Situação ideal quanto à ação docente no contexto da educação infantil inclusiva

1. Como deveria ser a atuação do professor na sala de aula, de modo a promover a educação inclusiva? o que o professor deveria fazer para promover o desenvolvimento e aprendizagem dos alunos?

5 - Há quanto tempo você trabalha como professora?

() Até 5 anos () Entre 5 e 10 anos () Entre 10 e 20 anos () Mais de 20 anos

6 - Há quantos anos exerce esta função nesta escola?

() Até 5 anos () Entre 5 e 10 anos () Entre 10 e 20 anos () Mais de 20 anos

7 - Você participa de cursos de formação continuada.

() sim () não

8 - Que espaços de formação lhe são oferecidos.

() oficinas () orientações pedagógicas () grupos de estudo ()

Outros _____

Com que frequência ocorrem?

() semanalmente () quinzenalmente () mensalmente ()

outros _____

9- Existe diferença entre dar aulas para alunos com deficiência intelectual e alunos sem necessidade especial?

() sim () não

10 - Em que medida a sua formação inicial (graduação/licenciatura) contribuiu para a sua atuação no contexto da inclusão? E a especialização? (se tiver feito).

11- O que você entende por educação inclusiva?

12 - Aspectos positivos e negativos do processo de educação inclusiva.

13-você gosta de trabalhar com crianças com desenvolvimento atípico?

14-como você se sentiu a primeira vez que trabalhou com uma criança com desenvolvimento atípico?

15-voce foi avisada com antecedência que iria receber uma criança com desenvolvimento atípico? Como foi?

16-A escola oferece condições estruturais e operacionais para o trabalho com essas crianças? Quais condições oferecem hoje a você?

17- como você pontua o processo da inclusão na educação infantil? justifique sua resposta.

- | | | | | |
|----------------------------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|-----------------------------|
| <input type="checkbox"/> 1 | <input type="checkbox"/> 2 | <input type="checkbox"/> 3 | <input type="checkbox"/> 4 | <input type="checkbox"/> 5 |
| <input type="checkbox"/> 6 | <input type="checkbox"/> 7 | <input type="checkbox"/> 8 | <input type="checkbox"/> 9 | <input type="checkbox"/> 10 |

Responsável:

ANEXOS

A – Carta de Apresentação – Escola (Modelo)



Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PG-PDS

Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

A (o) Diretor(a):

Escola

De: Profa. Dra. Diva Albuquerque Maciel

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

Assunto: Coleta de Dados para Monografia

Senhor (a), Diretor (a),

A Universidade Aberta do Brasil - Universidade de Brasília está em processo de realização da 2ª oferta do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar. Finalizamos agora a 1ª fase do curso e estamos iniciando a Orientação de Monografia.

É requisito parcial para a conclusão do curso, a realização de um estudo empírico sobre tema acerca da inclusão no contexto escolar, cujas estratégias metodológicas podem envolver: entrevista com colegas, pais ou outros participantes; observação; e análise documental.

A realização desses trabalhos tem como objetivo a formação continuada dos professores/servidores, subsidiando-os no desenvolvimento de uma prática pedagógica refletida e transformadora, tendo como consequência uma educação inclusiva.

O trabalho será realizado pelo (a) Professor (a)/cursista **Deize Cristina de Castro Baudson** sob orientação, **Simone Cerqueira da Silva**, cujo tema é: **O papel do professor no processo de ensino aprendizagem do aluno com desenvolvimento atípico no contexto da educação infantil**, possa ser desenvolvido na escola sob sua direção.

Desde já agradeço, colocando-me a disposição de Vossa Senhoria para maiores esclarecimentos nos telefones. (061) 3107-6831 (Secretaria).

Atenciosamente,

Diva Albuquerque Maciel

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano,
Educação e Inclusão Escolar

B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Pais (Modelo)

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED

Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e
Inclusão Escolar

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhores Pais,

Sou orientando (a) do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil/Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre estudo: **O papel do professor no processo de ensino aprendizagem do aluno com desenvolvimento atípico no contexto da educação infantil.** Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Esclareço que este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos e, ainda, favorecer o processo de formação continuada dos professores nesse contexto de ensino.

A coleta de dados será realizada por meio de questionário, observações in loco e gravações de áudio.

Esclareço que a participação no estudo é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo ou alteração dos serviços disponibilizados pela escola. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como o questionário e a gravação, ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone (31) 8825- 8444 ou no endereço eletrônico deizebaudson@yahoo.com.br. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente.

Assinatura do Pesquisador

Assinatura do Professor

Nome do Professor: _____

E-mail(opcional): _____

C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Professor - (Modelo)

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED

Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e
Inclusão Escolar

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhor(a) Professor(a),

Sou orientando(a) do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil/Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre estudo **O papel do professor no processo de ensino aprendizagem do aluno com desenvolvimento atípico no contexto da educação infantil**. Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Esclareço que este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos e, ainda, favorecer o processo de formação continuada dos professores nesse contexto de ensino.

A coleta de dados será realizada por meio de questionário, observações in loco e gravações de áudio.

Esclareço que a participação no estudo é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo ou alteração dos serviços disponibilizados pela escola. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como o questionário e a gravação, ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o (a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone (31) 8825- 8444 ou no endereço eletrônico deizebaudson@yahoo.com.br. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente.

Assinatura do Pesquisador

Assinatura do Professor

Nome do Professor: _____

E-mail(opcional): _____